



Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A | Resultados de 2016

**Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A**

**Relatório da Administração e  
Demonstrações Financeiras de 2016**

## Relatório da Administração

A Administração da Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Tocantins” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2015, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 23 de março de 2017.

### 1 Considerações gerais

A Energisa Tocantins é uma distribuidora de energia elétrica que atende a aproximadamente 566 mil clientes e uma população de aproximadamente 1,5 milhão de habitantes em 139 municípios do Estado de Tocantins, em uma área de 277.721 Km<sup>2</sup>.

O crescimento de mercado em 2016 na concessão da Energisa no Estado do Tocantins foi destaque no cenário nacional e entre as distribuidoras do Grupo foi a única que apresentou taxa positiva, com um crescimento no consumo cativo e livre de 4,4%, frente à redução média de 0,9% do Brasil. O Estado Tocantins está em plena expansão, apesar da conjuntura nacional, apresenta taxas de crescimento populacional e econômicas acima da média de outros estados da federação. Isto representa a oportunidade de estar presente numa região de nova fronteira de expansão, notadamente nos segmentos agronegócio e agroindústria, no entanto também implica em maior esforço da concessionária para atender este crescimento.

As implementações da Energisa Tocantins e a continuidade do plano de investimento visando a melhoria do desempenho global, com ampliação da capacidade do seu sistema elétrico, de melhoria na qualidade do fornecimento de energia elétrica e o suporte ao seu crescimento de mercado, tem resultado em um avanço de seus indicadores e também na percepção de seus consumidores, tanto que **pelo segundo ano consecutivo**, a empresa foi vencedora do **Prêmio ABRADÉE** de melhor Distribuidora de Energia Elétrica das regiões Norte e Centro-Oeste e segunda melhor empresa distribuidora de energia elétrica do Brasil no índice de satisfação dos clientes, sendo neste último com 84,2% de satisfação.

Outra realização de destaque em 2016 foi o projeto Migração do Sistema, contemplando a migração dos sistemas ora existente, para os sistemas corporativos onde após a implantação possibilitou melhoria dos processos com as demais empresas do Grupo Energisa, notadamente a desativação do R3/SAP, traduzindo significativa redução de custos.

### 2 Investimentos

Com foco em projetos que visam ao aprimoramento da qualidade dos serviços prestados e satisfação dos seus clientes, a Energisa Tocantins investiu ao longo dos últimos três anos R\$ 721,8 milhões, dos quais R\$ 309,5 milhões em 2016.

Os investimentos em ativos elétricos (excluindo os recursos provenientes das Obrigações Especiais) somaram R\$ 183,6 milhões, 59,3% do total. Estes investimentos estão focados na expansão e reforço da rede elétrica, bem como na melhoria contínua da qualidade de energia fornecida. Os investimentos provenientes de Obrigações Especiais totalizaram R\$ 106,2 milhões (34,3% do total), primordialmente atrelados ao programa de universalização rural (PLPT). Os investimentos realizados no quarto trimestre (4T16) e em 2016 foram os seguintes:

Descrição	Valores em R\$ milhões					
	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
Ativos Elétricos	(4,3)	74,5	-	183,6	240,0	- 23,5
Obrigações Especiais	88,2	33,5	+ 163,3	106,2	55,5	+ 91,4
Ativos Não Elétricos	3,6	5,2	- 30,8	19,7	21,2	- 7,1
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>87,5</b>	<b>113,2</b>	<b>- 22,7</b>	<b>309,5</b>	<b>316,7</b>	<b>- 2,3</b>

(\*) As “Obrigações Especiais” são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

Entre as realizações em 2016, referentes ao Plano de Expansão e ao Plano de Manutenção no sistema elétrico de distribuição em alta e média tensão, associados à melhoria da qualidade do produto e dos serviços, destacam-se:

- i. Ampliação da SE Taquaralto de 138 kV, com aumento da capacidade de transformação de 20 para 33 MVA;
- ii. Ampliação da SE Araguaína de 138 kV, contemplando a ampliação da capacidade do barramento de alimentadores da rede de distribuição;
- iii. Ampliação da SE Formoso de 69 kV, com aumento da capacidade através da troca do transformador de força de 10 para 20 MVA;
- iv. Melhorias na linha de alta tensão de 138 kV entre Porangatu - Alvorada;
- v. Instalação de equipamentos para melhoria da tensão e redução de perdas através de 3,7 MVar de bancos de capacitores em alimentadores urbanos nos polos de Araguaína, Gurupi e Palmas;
- vi. Melhoria de redes de média tensão, dotando-as de maior robustez e disponibilização por meio de diversas obras de manutenção e interligação, com duas fontes de atendimento aos ramais de algumas localidades;
- vii. Construção de 356 km de linha em 34,5 kV de interligação dotando várias localidades de duas fontes de fornecimento para melhoria da qualidade do serviço;
- viii. Instalação de 76 religadores em redes de distribuição automatizados/telecomandados.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia no ano:

Descrição do ativo	2016	2015	Acréscimo
Subestações - nº	101	99	+ 2
Capacidade instalada nas subestações - MVA	1.385	1.421 <sup>(1)</sup>	-
Linhas de transmissão - km	2.735	2.656 <sup>(2)</sup>	+ 79
Redes de distribuição (próprias) - km	88.663	85.772	+ 2.891
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	73.368	72.112	+ 1.256
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.301	1.744 <sup>(3)</sup>	- 443

(1) O valor de 2015 contemplou alguns transformadores em reserva: Gurupi I (12,5 MVA), Araguaína I (25 MVA) I e Palmas IV (33 MVA). A capacidade instalada retirando-se esses transformadores em reserva técnica era de 1.351 MVA. (2) O valor de 2015 não contemplou 2 linhas energizadas em outro nível de tensão: LT 138 kV Paraíso-Luzimangues e LT 69 kV Porto Nacional-Monte do Carmo, energizadas em 34,5 kV. A extensão considerando essas linhas seria de 2.735 km. Em 2016 não ocorreu construção de novas linhas. (3) O valor de 2015 contemplou transformadores particulares. A capacidade instalada considerando apenas transformadores próprios era de 1.147 MVA.

### 3 Desempenho econômico-financeiro

#### 3.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2015:

Descrição	2016	2015 (Reapresentado)	Variação %
<b>Resultados - R\$ milhões</b>			
Receita Operacional Bruta	1.673,3	1.540,6	+ 8,6
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	1.443,5	1.276,7	+ 13,1
Receita Operacional Líquida	1.188,4	1.125,5	+ 5,6
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	958,6	861,6	+ 11,3
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	91,5	123,0	- 25,6
EBITDA	134,8	164,8	- 18,2
EBITDA Ajustado	154,4	186,3	- 17,1
Resultado financeiro	(49,4)	(36,2)	+ 36,5
Lucro Líquido	38,4	68,4	- 43,9
<b>Ativo Total</b>			
Ativo Total	1.810,6	1.671,4	+ 8,3
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	139,1	228,8	- 39,2
Patrimônio Líquido	792,3	610,2	+ 29,8
Endividamento Líquido	496,1	406,8	+ 22,0
<b>Indicadores Operacionais</b>			
Número de Consumidores Cativos (mil)	566,1	567,5	- 0,2
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	2.123,1	2.039,9	+ 4,1
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	2.670,9	2.148,4	+ 24,3
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	14,86	14,30	+ 0,56 p.p
<b>Indicador Relativo</b>			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	13,0	16,6	- 3,6 p.p
Endividamento Líquido/EBITDA Ajustado (vezes)	3,2	2,2	+ 45,5

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

### 3.2 Receita operacional bruta e líquida

Em 2016, a Energisa Tocantins apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 1.443,5 milhões, ante R\$ 1.276,7 milhões registrados em 2015, um aumento de 13,1% (R\$ 166,8 milhões). Já a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 11,3% (R\$ 97,0 milhões) no ano, para R\$ 958,6 milhões. A seguir, as receitas operacionais por classe de consumo:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T16	4T15 (Reapresentado)	Var. %	2016	2015 (Reapresentado)	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	333,2	330,2	+ 0,9	1.262,0	1.190,8	+ 6,0
✓ Residencial	163,9	155,7	+ 5,3	604,0	538,9	+ 12,1
✓ Industrial	25,7	31,7	- 18,9	114,7	128,2	- 10,5
✓ Comercial	75,1	75,5	- 0,5	286,5	275,8	+ 3,9
✓ Rural	23,1	22,9	+ 0,9	92,0	90,7	+ 1,4
✓ Outras classes	45,4	44,4	+ 2,3	164,8	157,2	+ 4,8
(+) Suprimento de energia elétrica	28,4	13,1	+ 116,8	65,1	15,2	+ 328,3
(+) Fornecimento não faturado líquido	(0,5)	2,2	-	(0,8)	11,2	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	5,1	3,4	+ 50,0	17,3	14,0	+ 23,6
(+) Receitas de construção	51,8	105,2	- 50,8	229,8	263,9	- 12,9
(+) Constituição e amortização - CVA	(15,5)	(7,9)	+ 96,2	(7,3)	(56,4)	- 87,1
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	22,5	16,3	+ 38,0	74,2	62,6	+ 18,5
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	13,0	17,5	- 25,7	29,5	34,8	- 15,2
(+) Outras receitas	2,4	1,3	+ 84,6	3,5	4,5	- 22,2
<b>(=) Receita bruta</b>	<b>440,4</b>	<b>481,3</b>	<b>- 8,5</b>	<b>1.673,3</b>	<b>1.540,6</b>	<b>+ 8,6</b>
(-) Impostos sobre vendas	106,3	101,5	+ 4,7	398,3	360,1	+ 10,6
(-) Deduções bandeiras tarifárias	(1,6)	(79,9)	- 98,0	(1,9)	(12,3)	- 84,6
(-) Encargos setoriais	22,6	25,2	- 10,3	88,5	67,3	+ 31,5
<b>(=) Receita líquida</b>	<b>313,1</b>	<b>434,5</b>	<b>- 27,9</b>	<b>1.188,4</b>	<b>1.125,5</b>	<b>+ 5,6</b>
(-) Receitas de construção	51,8	105,2	- 50,8	229,8	263,9	- 12,9
<b>(=) Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>261,3</b>	<b>329,3</b>	<b>- 20,6</b>	<b>958,6</b>	<b>861,6</b>	<b>+ 11,3</b>

Dentre os fatores que impactaram as receitas se destacam:

- Acréscimo de 4,4% das vendas de energia elétrica no mercado cativo e livre (vide item 4.4 deste relatório);
- Reconhecimento de receitas referentes às subvenções vinculadas aos serviços no montante de R\$ 74,2 milhões em 2016 (R\$ 22,5 milhões no 4T16), contra R\$ 62,6 milhões em 2015 (R\$ 16,3 milhões no 4T15);
- Constituição de despesa no valor de R\$ 7,3 milhões em 2016 (despesa de R\$ 15,5 milhões no 4T16) em decorrência do reconhecimento de ativos e passivos financeiros regulatórios, contra amortização de ativos e passivos no montante de R\$ 56,4 milhões em 2015 (R\$ 7,9 milhões no 4T15);
- Aumento do valor da quota CDE, cujo registro em 2016 foi de R\$ 77,6 milhões, contra R\$ 57,8 milhões em 2015; e
- Aumento tarifário médio de 12,81% a partir de 04/07/2016.

### 3.3 Ambiente regulatório

#### 3.3.1 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015, entrou em prática nas contas de energia elétrica o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”. As receitas auferidas pela Companhia provenientes das bandeiras tarifárias em 2016 foram de R\$ 21,7 milhões, ante R\$ 103,6 milhões registrados em 2015.

Em fevereiro de 2016, a Aneel reduziu, em 40%, o valor da tarifa adicional da bandeira amarela: de R\$ 2,50 para R\$ 1,50. A bandeira vermelha também foi dividida em dois patamares: o patamar 1, já chamado de “bandeira rosa”, com cobrança extra de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos e o patamar 2, de cor vermelha, que mantém o valor de R\$ 4,50 por 100 kWh.

### 3.3.2 Revisão tarifária

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") homologou 4 de julho de 2016 o 4º Ciclo de Revisão tarifária da Energisa Tocantins. O efeito médio para o consumidor foi de 12,81%, conforme abaixo:

Efeito para o Consumidor (%)			Vigência
Baixa Tensão	Alta e Média Tensão	Médio	
13,79	9,99	12,81	04/07/2016

A revisão tarifária da Energisa Tocantins teve o processo de homologação da Base de Remuneração concedido em caráter provisório pela Aneel. Essa revisão é provisória em decorrência da mensuração da base de remuneração da distribuidora no que se refere apenas às baixas de ativos. A Aneel apurará o valor adequado apenas das baixas no próximo evento tarifário (em julho de 2017), ocasião em que a Companhia espera reverter até R\$ 31 milhões de baixas sobre os valores já refletidos na Base Homologada, este efeito equivale a 5,3% da Base de Remuneração já reconhecida no último evento tarifário.

### 3.3.3 Base de remuneração regulatória

O processo de valoração dos ativos da Base de Remuneração Regulatória utiliza o método do Valor Novo de Reposição - VNR, que corresponde ao valor, a preços atuais de mercado, de um ativo idêntico, similar ou equivalente, sujeito a reposição, que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente, considerando todos os gastos necessários para a sua instalação.

A evolução da Base de Remuneração Líquida (BRL) e a data da próxima Revisão Tarifária (RT) da Energisa Tocantins são as seguintes:

Base de Remuneração Líquida (BRL) (Em R\$ milhões) <sup>(1)</sup>		Data revisão tarifária	
3º Ciclo	4º Ciclo	4º Ciclo	5º Ciclo
257,1	577,1	ago/16	ago/20

<sup>(1)</sup> A preços da data de RT (mês anterior ao reajuste em cada ciclo).

A síntese do resultado do 4º Ciclo da Revisão Tarifária da Energisa Tocantins refletiu uma variação positiva, tanto na Parcela B quanto na Base de Remuneração Líquida (RAB Líquida).

A Base de Remuneração Líquida da Energisa Tocantins aumentou 124,5% (R\$ 320,0 milhões), totalizando R\$ 577,1 milhões. Por sua vez, a Parcela B aumentou 14,9% em relação a data anterior (D-1) à aplicação da revisão tarifária, chegando a R\$ 446,0 milhões. O crescimento da Parcela B foi influenciado, principalmente, pelo reconhecimento tarifário dos investimentos realizados (EBITDA Regulatório).

Parcela B (R\$ milhões)			
3º Ciclo	4º Ciclo	Variação (R\$)	Variação (%)
388,3	446,0	+ 57,7	+ 14,9

### 3.3.4 Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético

A Aneel também homologou recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), repassados a Energisa Tocantins pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, referentes a subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda e usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 74,2 milhões em 2016 (R\$ 62,6 milhões em 2015). O valor foi registrado pela Companhia como receita operacional.

### 3.4 Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 867,2 milhões em 2016 e R\$ 251,0 milhões no 4T16, crescimento de 17,4% (R\$ 128,7 milhões) e queda 16,2% (R\$ 48,4 milhões) respectivamente, quando comparado com os mesmos períodos de 2015. Os custos e as despesas controláveis aumentaram 2,7% ou R\$ 6,3 milhões no ano (queda de 14,9% ou R\$ 12,2 milhões no 4T16), totalizando R\$ 237,3 milhões (R\$ 69,8 milhões no 4T16). As despesas não controláveis em 2016 cresceram 28,8%, devido à elevação dos custos da energia elétrica comprada, totalizando R\$ 565,8 milhões (queda de R\$ 156,5 milhões no 4T16). Destaque para as reduções de despesas operacionais no 4T16, em especial as despesas com PMSO, que reduziram 20,2% no trimestre, assim demonstradas:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T16	4T15 (Reapresentado)	Var. %	2016	2015 (Reapresentado)	Var. %
<b>1 Custos e Despesas não controláveis</b>	<b>156,5</b>	<b>193,4</b>	<b>- 19,1</b>	<b>565,8</b>	<b>439,4</b>	<b>+ 28,8</b>
1.1 Energia comprada	148,2	184,5	- 19,7	526,0	395,3	+ 33,1
1.2 Transporte de potência elétrica	8,3	8,9	- 6,7	39,8	44,1	- 9,8
<b>2 Custos e Despesas controláveis</b>	<b>69,8</b>	<b>82,0</b>	<b>- 14,9</b>	<b>237,3</b>	<b>231,0</b>	<b>+ 2,7</b>
<b>2.1 PMSO</b>	<b>65,9</b>	<b>82,6</b>	<b>- 20,2</b>	<b>222,0</b>	<b>243,4</b>	<b>- 8,8</b>
2.1.1 Pessoal	29,3	24,3	+ 20,6	95,2	68,1	+ 39,8
2.1.2 Fundo de pensão	(0,4)	-	-	1,9	1,3	+ 46,2
2.1.3 Material	3,3	4,8	- 31,3	13,1	15,0	- 12,7
2.1.4 Serviços de terceiros	22,9	29,2	- 21,6	87,7	112,8	- 22,3
2.1.5 Outras	10,8	24,3	- 55,6	24,1	46,2	- 47,8
✓ Multas e compensações	1,2	9,8	- 87,8	4,9	13,4	- 63,4
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	0,9	6,9	- 87,0	3,5	14,2	- 75,4
✓ Outros	8,7	7,6	+ 14,5	15,7	18,6	- 15,6
<b>2.2 Provisões/Reversões</b>	<b>3,9</b>	<b>(0,6)</b>	<b>-</b>	<b>15,3</b>	<b>(12,4)</b>	<b>-</b>
2.2.1 Contingências	1,7	(4,6)	-	3,0	(20,8)	-
2.2.2 Devedores duvidosos	2,2	4,0	- 45,0	12,3	8,4	+ 46,4
<b>3 Demais receitas/despesas</b>	<b>24,7</b>	<b>24,0</b>	<b>+ 2,9</b>	<b>64,1</b>	<b>68,1</b>	<b>- 5,9</b>
3.1 Depreciação e amortização	13,8	11,8	+ 16,9	43,3	41,8	+ 3,6
3.2 Outras receitas/despesas	10,9	12,2	- 10,7	20,8	26,3	- 20,9
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)</b>	<b>251,0</b>	<b>299,4</b>	<b>- 16,2</b>	<b>867,2</b>	<b>738,5</b>	<b>+ 17,4</b>
Custo de construção	51,8	105,2	- 50,8	229,8	263,9	- 12,9
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)</b>	<b>302,8</b>	<b>404,6</b>	<b>- 25,2</b>	<b>1.097,0</b>	<b>1.002,4</b>	<b>+ 9,4</b>

(\*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

### 3.5 Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2016, a Energisa Tocantins registrou lucro líquido de R\$ 38,4 milhões, ante os R\$ 68,4 milhões registrados em 2015. Essa redução decorre, principalmente, da redução das receitas operacionais no 4T16 e do aumento das despesas financeiras. Já geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 154,4 milhões em 2016, contra R\$ 186,3 milhões apurados no ano anterior. A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>(3,5)</b>	<b>(4,7)</b>	<b>- 25,5</b>	<b>38,4</b>	<b>68,4</b>	<b>- 43,9</b>
(-) Contribuição social e imposto de renda	4,3	(29,0)	-	(3,7)	(18,4)	- 79,9
(-) Resultado financeiro	(18,0)	(5,8)	+ 210,3	(49,4)	(36,2)	+ 36,5
(-) Depreciação e amortização	(13,8)	(11,8)	+ 16,9	(43,3)	(41,8)	+ 3,6
<b>(=) Geração de caixa (EBITDA)</b>	<b>24,0</b>	<b>41,9</b>	<b>- 42,7</b>	<b>134,8</b>	<b>164,8</b>	<b>- 18,2</b>
(+) Receita de acréscimos moratórios	4,9	6,3	- 22,2	19,6	21,5	- 8,8
<b>(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)</b>	<b>28,9</b>	<b>48,2</b>	<b>- 40,0</b>	<b>154,4</b>	<b>186,3</b>	<b>- 17,1</b>
Margem do EBITDA Ajustado (%)	9,2	11,1	- 1,9 p.p	13,0	16,6	- 3,6 p.p

Com base nos resultados alcançados em 2016, a Companhia irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos no valor de R\$ 8,0 milhões (R\$ 12,3303405692 por ação do capital social), a serem pagos em data a ser definida.

## 4 Desempenho operacional

A manutenção do foco na qualidade da energia fornecida e a excelência no atendimento tem permitido à Energisa Tocantins apresentar consistentes índices operacionais, que evidenciam a posição privilegiada dos indicadores de satisfação em pesquisas com os consumidores.

### 4.1 Perdas de energia

Em 2016, as perdas de energia da ETO foram as seguintes:

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/15	set/16	dez/16	dez/15	set/16	dez/16	dez/15	set/16	dez/16	
11,81	11,57	11,52	2,49	3,19	3,34	14,30	14,76	14,86	13,96

Nota: Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada. Os percentuais regulatórios referem-se aos últimos doze meses findos em dezembro de 2016

Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			Var. (%) <sup>(1)</sup>
dez/15	set/16	dez/16	dez/15	set/16	dez/16	dez/15	set/16	dez/16	
290,1	299,1	295,7	61,1	82,5	85,7	351,2	381,6	381,4	-0,1

<sup>(1)</sup> Variação dezembro/setembro de 2016

O combate ao furto e à fraude tem sido foco constante das ações gerenciais da Energisa Tocantins, que busca trabalhar para aperfeiçoar ainda mais a fiscalização das unidades consumidoras e o combate as ligações clandestinas. As perdas de energia elétrica da Energisa Tocantins foram de 14,86% em 2016, contra 14,30% registrado no ano anterior, aumento de 0,56 pontos percentuais.

O aumento percebido das perdas não técnicas foi causado principalmente por impactos na roteirização de leitura rural e na assertividade das inspeções. Como forma de retomar a curva de redução de perdas foram intensificadas as ações de treinamento e reciclagem dos leituristas e eletricitistas, implantação da pré-inspeção (método comparativo da medição com histórico de consumo do cliente), ampliação do quadro de leituristas rurais, ampliação do cadastramento de Iluminação Pública - IP. Tais ações surtiram efeito na reversão da tendência no último trimestre de 2016 e serão ampliadas em 2017.

### 4.2 Gestão da Inadimplência

#### 4.2.1 Taxa de Inadimplência

A Energisa Tocantins passou a utilizar nova métrica para análise da inadimplência, ou seja, a relação percentual entre a soma da provisão para créditos de liquidação duvidosa com incobráveis, e o fornecimento faturado, no período de 12 meses. Em 2016, essa relação foi de 0,96%, contra 0,81% em 2015.

#### 4.2.2 Taxa de Arrecadação

A Companhia também passou a divulgar a taxa de arrecadação, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período. Em 2016, essa taxa ficou em 96,35%, contra 97,70% em 2015.

### 4.3 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A prioridade dada aos investimentos em qualidade tem permitido alcançar indicadores consistentes de fornecimento de energia pela Companhia, expressos por frequência e duração das interrupções de energia (FEC e DEC).

Os indicadores DEC e FEC permanecem com tendência de redução anual na Energisa Tocantins desde abril de 2014 (mês em que a Energisa assumiu o controle acionário da concessão). Apesar da tendência de redução, em

2016, a trajetória do DEC foi impactada pela antecipação das fortes chuvas com descargas atmosféricas no mês de setembro. Essa condição climática adversa, que atingiu todo o Estado do Tocantins, perdurou por todo o 4T16. Mesmo com os impactos destes eventos no final de 2016, é importante observar que o indicador DEC da empresa reduziu de 38,38 horas, em abril 2014 para 32,24 horas em dezembro de 2016, ou seja, 6,14 horas. Em relação à 2015, o indicador teve redução de quase 1 hora (0,98 horas). Já o FEC, reduziu de 17,12 (abril/2014) vezes para 14,47 vezes, ou seja, 15,5 vezes menor. Em relação a 2015, O FEC apresentou queda de 10,1%, passando de 16,09 vezes, em 2015, para 14,47 vezes em 2016. Esses resultados indicam que os investimentos têm sido realizados com base no planejamento das necessidades do sistema, garantindo melhoria contínua dos indicadores de Qualidade.

#### 4.4 Mercado de energia

Em 2016, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Tocantins, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD) e ao fornecimento não faturado, totalizaram 2.183,2 GWh (540,3 GWh no 4T16), incremento de 3,8% em relação ao ano anterior. A classe de consumo que mostrou melhor desempenho foi a residencial, com crescimento de 10,1% (0,7% de aumento no 4T16). O consumo industrial cativo e livre mostrou queda de 8,4% no ano (retração de 16,3% no 4T16). No 4T16, entretanto, as vendas de energia apresentaram retração de 3,5%, refletindo a queda nas temperaturas, aumento das chuvas no Estado, bem como a retração das atividades das principais indústrias da região, devido ao arrefecimento dos seus mercados.

A composição do mercado de energia em 2016 foi a seguinte:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
✓ Residencial	234,3	232,6	+ 0,7	918,1	834,0	+ 10,1
✓ Industrial	63,7	76,1	- 16,3	290,2	316,8	- 8,4
• Cativo	51,9	68,8	- 24,6	253,1	286,5	- 11,7
• Livre	11,8	7,3	+ 61,6	37,1	30,3	+ 22,4
✓ Comercial	109,3	111,6	- 2,1	437,7	421,3	+ 3,9
• Cativo	101,8	105,0	- 3,0	410,8	397,3	+ 3,4
• Livre	7,5	6,6	+ 13,6	26,9	24,0	+ 12,1
✓ Rural	46,0	47,7	- 3,6	204,7	199,2	+ 2,8
✓ Outras Classes	86,9	86,7	+ 0,2	336,4	322,9	+ 4,2
<b>1 Vendas de energia no mercado cativo</b>	<b>520,9</b>	<b>540,8</b>	<b>- 3,7</b>	<b>2.123,1</b>	<b>2.039,9</b>	<b>+ 4,1</b>
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	19,3	13,9	+ 38,8	64,0	54,3	+ 17,9
<b>3 Mercado cativo + TUSD (1+2)</b>	<b>540,2</b>	<b>554,7</b>	<b>- 2,6</b>	<b>2.187,1</b>	<b>2.094,2</b>	<b>+ 4,4</b>
4 Fornecimento Não faturado	0,1	5,0	- 98,0	(3,9)	8,1	-
<b>5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)</b>	<b>540,3</b>	<b>559,7</b>	<b>- 3,5</b>	<b>2.183,2</b>	<b>2.102,3</b>	<b>+ 3,8</b>

A Energisa Tocantins encerrou o exercício de 2016 com 566.124 unidades consumidoras cativas, quantidade 0,2% inferior à registrada no mesmo período de 2015. Já o número de consumidores livres totalizou 15 no fim de dezembro de 2016.

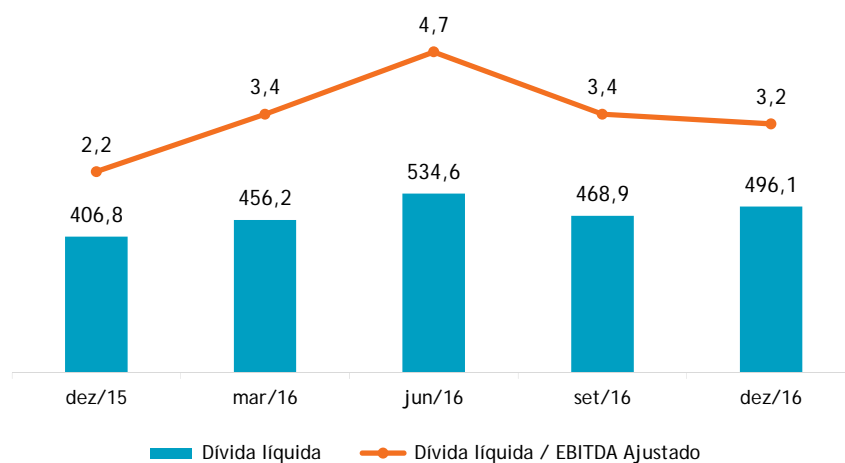
## 5 Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Energisa Tocantins totalizou R\$ 139,0 milhões, que não incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA). Por sua vez, a dívida líquida da Energisa Tocantins, que incluem empréstimos, financiamentos, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos, fundo de pensão e instrumentos financeiros derivativos líquidos, passou de R\$ 406,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 496,1 milhões em 31 de dezembro de 2016. Consequentemente, a relação entre a dívida líquida, com os créditos setoriais, e o EBITDA Ajustado ao fim de 2016 foi de 3,2 vezes. A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Energisa Tocantins entre 31 de dezembro de 2015, 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2016:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2016	30/09/2016	31/12/2015
<b>Curto Prazo</b>	<b>155,9</b>	<b>301,8</b>	<b>117,9</b>
Empréstimos e financiamentos	130,0	241,9	79,2
Debêntures	-	-	10,3
Encargos de dívidas	3,5	6,6	3,3
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,3	1,2	0,3
Parcelamento de encargos setoriais	7,4	11,8	2,6
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	14,7	40,3	22,2
<b>Longo Prazo</b>	<b>475,9</b>	<b>411,6</b>	<b>544,2</b>
Empréstimos e financiamentos	480,9	418,2	544,0
Debêntures	-	-	40,1
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,9	0,6	0,4
Parcelamento de encargos setoriais	12,0	13,8	19,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(17,9)	(21,0)	(59,5)
<b>Total das dívidas</b>	<b>631,8</b>	<b>713,4</b>	<b>662,1</b>
(-) Disponibilidades financeiras	139,0	231,6	228,7
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>492,8</b>	<b>481,8</b>	<b>433,4</b>
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	14,2	11,8	27,1
(-) Créditos CVA	(17,5)	1,1	(0,5)
<b>Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais</b>	<b>496,1</b>	<b>468,9</b>	<b>406,8</b>
<b>Indicador Relativo</b>			
Dívida líquida / EBITDA Ajustado 12 meses <sup>(1)</sup>	3,2	3,4	2,2

<sup>(1)</sup> EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

**Evolução da alavancagem**  
- Dívida líquida (R\$ milhões) e dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)



## 6 Aumentos de capital

---

Em 2016, a ETO realizou os seguintes aumentos de capital: i) em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 29 de abril, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 10,2 milhões, mediante capitalização do saldo da reserva de capital “incentivo fiscal - redução de imposto de renda”, sem emissão de novas ações; ii) em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro, foi aprovado o aumento de capital social, por subscrição particular, no montante de R\$ 152,6 milhões, mediante a emissão de 119.684 novas ações preferenciais, pelo preço de R\$ 1.274,98 por ação, passando o capital social a ser de R\$ 505,7 milhões, representado por 386.504 ações ordinárias e 265.111 ações preferenciais. Nesse aumento de capital, todas as ações foram integralmente subscritas e integralizadas pela controladora Rede Energia S/A, que elevou a sua participação no capital da Companhia de 71,4% para 76,7%.

## 7 Gestão de pessoas

---

A Energisa Tocantins valoriza seu capital humano investindo fortemente na gestão de pessoas, aprimorando a atuação da área e ampliando as premissas de uma gestão ágil e flexível, sempre em busca da melhoria constante na qualidade dos serviços. A Companhia encerrou 2016 com 1.223 colaboradores próprios e 691 terceirizados.

As ações de gestão de pessoas estão alinhadas aos valores e missão da companhia, e visam impulsionar o desempenho, construindo competências estratégicas que possibilitem oportunidade de desenvolvimento de carreira para os colaboradores. A área de gestão de pessoas atua sob a orientação de se posicionar como prestadora de serviços de qualidade aos colaboradores da organização, oferecendo apoio estratégico para que possam crescer em conjunto com os objetivos e metas da empresa e preparando-os para os desafios do mercado atual. Em 2016, a Energisa Tocantins dedicou 75,5 mil horas a treinamentos, com investimentos de mais de R\$ 293 mil.

Em um contexto de grandes mudanças organizacionais, no qual se torna imprescindível o fortalecimento das lideranças, a Energisa Tocantins deu ênfase ao desenvolvimento de seus gestores por meio da “Academia de Líderes”, baseada na construção de trilhas de desenvolvimento segmentada por negócio, que tem por objetivo ser o principal veículo de disseminação e alinhamento da cultura, valores, competências da liderança e objetivos estratégicos, criando uma comunidade de líderes, preparados para o crescimento e sustentação no negócio. Em 2016 foi realizado um módulo da academia, Cultura e Liderança.

O ano de 2016 foi marcado pela implantação de projetos/ferramentas, que visam a melhoria da gestão de pessoas e colaborar para o desenvolvimento e desempenho dos colaboradores, tendo como consequência impactos favoráveis no fortalecimento dos valores e cultura da organização, na qualidade dos serviços prestados, nos resultados e no clima organizacional.

A Energisa Tocantins, logo no início do 1º semestre realizou o 2º ciclo de Avaliação de Desempenho, ferramenta que avalia todo o quadro de colaboradores e a partir dos resultados, os colaboradores, em conjunto com seus gestores propõem e validam o PID - Programa Individual de Desenvolvimento, de forma direcionada aos pontos de melhoria de cada colaborador e também alinhada às estratégias da empresa.

Em maio de 2016, a ETO migrou para os sistemas integrados do Grupo, onde foram treinados 2.595 colaboradores entre próprios e terceiros de todos os níveis de cargos, contabilizando 36,5 mil horas de treinamento.

## 8 Responsabilidade socioambiental

---

A Energisa consciente de seu papel e de sua presença em todas as regiões do país investe constantemente em ações voltadas à sociedade. Neste contexto a Energisa Tocantins busca o fortalecimento das comunidades com as quais se relaciona, desenvolvendo atividades socioculturais e esportivas, apoiando projetos de estímulo à educação e desenvolvendo ações de uso consciente de energia elétrica e preservação ambiental.

No ano de 2016 foram aplicados cerca de R\$ 528 mil e entre as principais ações realizadas destacam-se:

(i) **No âmbito social:**

- *Selo UNICEF Município Aprovado*, projeto em parceria com o estado de Tocantins que apoia programas direcionados ao fortalecimento de políticas públicas municipais que garantam os direitos das crianças e dos adolescentes. Iniciativa com o Fundo das Nações Unidas para a Infância, que a Energisa apoia com a arrecadação de recursos através da conta de energia. Na edição 2013-2016, 30 municípios foram certificados com o Selo, por melhorarem em, pelo menos, 15 dos 33 indicadores dos eixos de Impacto

Social e Gestão de Políticas Públicas. Em 2016, a Energisa arrecadou e repassou ao Unicef cerca de R\$ 421 mil reais.

- Para apoio a políticas, programas e ações voltadas para garantia dos direitos de crianças e adolescentes e do idoso, a Energisa Tocantins realizou doação, para o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Nacional e para o Fundo do Idoso de Palmeirópolis. Por meio do Programa Jovem Aprendiz, executado em parceria com o CIEE - Centro de Integração Empresa Escola, a Energisa recebe jovens proporcionando a experiência e o aprendizado do primeiro emprego. A empresa fechou o ano de 2016 com 30 jovens compondo seu quadro funcional.
- Projeto Qualificação de Eletricistas, realizado em parceria com o SENAI, desde 2012, se destina à capacitação de profissionais para atuação na área de instalação e manutenção de redes elétricas residenciais ou industriais dedicadas a distribuição de energia para consumidores. O projeto contribui para desenvolvimento de mercados de trabalho locais e melhoria na geração de renda para o público beneficiado, que passa a poder atuar na iniciativa privada ou como empreendedores autônomos. Desde o início do projeto, foram qualificados cerca de 300 pessoas.

(ii) **Na área da saúde:**

- O Projeto Caravana da Visão foi realizado pela Energisa Tocantins, em parceria Fundação Oftalmológica Dr. Rubem Cunha, Secretaria de Educação do Estado do Tocantins, Optiswiss e GolLog, atendendo a 4 municípios da região norte do Tocantins. O objetivo do projeto era oferecer exames oftalmológicos e lentes corretivas de forma gratuita, para crianças do 5º ao 9º ano e adultos do EJA - Ensino de Jovens e Adultos. Foram realizados 1.500 testes de acuidade visual, 650 consultas e doados 253 óculos.
- Doações para projetos aprovados pelo PRONAS e PRONON, programas que de atenção à pessoa com deficiência e atenção oncológica.

(iii) **Na área ambiental:**

- Licenciamento ambiental: atendimentos das normas vigentes, na área de atuação da distribuidora, para implantação e operação dos empreendimentos.
- Desenvolvimento de campanhas pela educação e conscientização ambiental sobre o uso adequado da energia elétrica. Internamente ocorre campanha de conscientização sobre o consumo de água.
- Planejamento das redes e linhas: a empresa implementa técnicas construtivas visando mitigar impactos ambientais. Exemplo disso é a não aplicação de cruzetas de madeira na construção de redes, emprego de cabos isolados na Média Tensão - MT e Baixa Tensão - BT que por serem protegidas tem a vantagem de diminuir o impacto com a arborização e a periodicidade da poda, gerando harmonia no convívio.
- Gestão de resíduos: a empresa tem a responsabilidade e a consciência no manejo dos resíduos sólidos e na logística reversa dos resíduos pós-consumo, destacamos descarte de lâmpadas (vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente), reciclagem de cabos, reciclagem de sucatas ferrosas, reciclagem de medidores, coprocessamento de terra contaminada com óleo, regeneração de óleo isolante (filtro prensa) dos equipamentos elétricos, logística reversa de tintas spray e tonner, dentro outros.
- Emissão de poluentes veiculares: são realizadas revisões preventivas em todos os veículos da frota conforme a orientação do fabricante, visando diminuir o impacto da emissão de poluentes, bem como reduzir o número de intervenções corretivas e aumentar o tempo de disponibilidade dos veículos. Possui o monitoramento da velocidade dos veículos contribuindo para a diminuição de consumo de combustível, emissão de poluentes e segurança das pessoas. A Coordenação de Transporte acompanha a manutenção. Os resíduos de pneus e as baterias automotivas substituídas são deixados nos revendedores, que os encaminham para os respectivos fabricantes.
- Atuação na discussão de políticas públicas ambientais com a participação em comitês municipais e estadual.

### Convênios de Arrecadação

A Energisa Tocantins mantém convênio com 6 (seis) instituições sociais de atendimento à crianças e adolescentes, para arrecadação na fatura de energia elétrica de doações dos consumidores. São elas: APAE - Associação de Pais e Amigos de Excepcionais, ABAVI - Associação Beneficente de Assistência à Vida, Sementes do Verbo, Conselho Imaculada Conceição, Pastoral da Criança e Unicef. No ano de 2016, o repasse totalizou aproximadamente R\$ 1,4 milhão.

### Uso Consciente de Energia

Em 2016 foram realizados investimentos na ordem de R\$ 5,2 milhões com ações voltadas para o estímulo ao consumo consciente e eficiente de energia elétrica. Ao longo do ano, dois projetos foram realizados:

- Projeto Nossa Energia, atendeu a população de baixa renda com a realização de palestras educativas para estudantes e professores, eventos em praças públicas para a população, peças teatrais e sorteios de brindes, bem como a troca de geladeiras ineficientes por equipamentos classe A (selo Procel) e de lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por lâmpadas LED - Light Emitting Diode;

- Projeto Energia Solidária, proporcionou aos clientes residências a troca de refrigeradores e condicionadores de ar com mais de cinco anos, e em funcionamento, por outros novos com selo 'Procel A' que consomem menos energia elétrica e com 40% de desconto na compra. Outro benefício do projeto Energia Solidária é a doação de 10% sobre o valor de 40% de desconto dado na compra dos eletrodomésticos para uma instituição social indicada pela Energisa. Os dois projetos somam um total de 4.241 unidades consumidoras atendidas.

## 9 Serviços prestados pelo auditor independente

---

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Tocantins em 2016 foi de R\$ 506,2 mil, dos quais R\$ 462,4 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras e R\$ 43,9 mil para programas de "Eficiência Energética", consultoria fiscal e outros.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

## Demonstrações financeiras

### 1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
<b>Ativo</b>	-	-	-
<b>Circulante</b>	-	-	-
Caixa e equivalente de caixa	5.1	61.020	81.732
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	78.060	147.018
Consumidores e concessionárias	6	183.810	152.608
Estoques		8.095	6.818
Tributos a recuperar	7	54.624	41.408
Ativos financeiros setoriais	9	39.438	51.121
Instrumentos Financeiros derivativos	29	-	256
Outros créditos	10	71.357	56.285
<b>Total do circulante</b>		<b>496.404</b>	<b>537.246</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Consumidores e concessionárias	6	9.369	4.660
Tributos a recuperar	7	50.622	38.703
Créditos tributários	12	47.701	28.138
Contas a receber da concessão	13	704.017	635.021
Ativos financeiros setoriais	9	20.179	10.297
Partes relacionadas	11	109.682	98.781
Depósitos Judiciais	19	16.785	7.846
Instrumentos Financeiros derivativos	29	17.861	59.453
Outros créditos	10	5.388	4.838
		<b>981.604</b>	<b>887.737</b>
<b>Imobilizado</b>	14	5.240	-
<b>Intangível</b>	14	327.388	246.382
<b>Total do não circulante</b>		<b>1.314.232</b>	<b>1.134.119</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.810.636</b>	<b>1.671.365</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
<b>Passivo</b>		-	-
<b>Circulante</b>		-	-
Fornecedores	15	84.817	94.297
Encargos de Dívida	16	3.531	3.348
Empréstimos e financiamentos	16	130.041	79.151
Debêntures	17	-	10.284
Tributos e contribuições sociais	18	32.370	33.803
Dividendos e Juros sobre capital próprio	22.5	8.035	8.138
Obrigações estimadas		8.448	7.298
Taxa de iluminação pública arrecadada		3.849	3.312
Obrigações intra setoriais	20.1 e 20.2	28.365	19.613
Passivos financeiros setoriais	9	50.584	49.063
Incorporação de redes	20.3	9.884	13.894
Instrumento Financeiro derivativo	29	14.707	22.475
Benefícios a empregados - plano de pensão	30	315	338
Outros Passivos	21	12.010	8.855
<b>Total do circulante</b>		<b>386.956</b>	<b>353.869</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	16	480.854	543.963
Debêntures	17	-	40.140
Tributos e contribuições sociais	18	14.236	1.180
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	19	59.894	52.376
Obrigações intrasetoriais	20.1 e 20.2	45.017	49.280
Passivos financeiros setoriais	9	26.541	12.861
Benefícios a empregados - plano de pensão	30	889	392
Outros Passivos	21	3.903	7.058
<b>Total do não circulante</b>		<b>631.334</b>	<b>707.250</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	22.1	505.729	342.969
Reservas de capital		39.960	39.960
Reservas de lucros	22.3 e 22.4	230.643	204.244
Ajuste de Avaliação Patrimonial	22.7	17.548	23.699
Outros resultados abrangentes	22.6	(1.534)	(626)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>792.346</b>	<b>610.246</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.810.636</b>	<b>1.671.365</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2016	2015 Reapresentado
Receita operacional líquida	23	1.188.448	1.125.481
Custo do serviço de energia elétrica	24	(1.006.818)	(909.085)
<b>Lucro bruto</b>		<b>181.630</b>	<b>216.396</b>
Despesas gerais e administrativas	24	(69.306)	(67.164)
Outras receitas	25	9.727	2.555
Outras despesas	25	(30.513)	(28.823)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos</b>		<b>91.538</b>	<b>122.964</b>
Receita financeira	26	73.354	63.174
Despesas financeiras	26	(122.740)	(99.373)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(49.386)</b>	<b>(36.199)</b>
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>42.152</b>	<b>86.765</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(22.793)	(3.051)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	19.089	(15.303)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>38.448</b>	<b>68.411</b>
Lucro básico e diluído ação ordinária - R\$	27	67,24	128,61
Lucro básico e diluído ação preferencial - R\$	27	67,24	128,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Lucro líquido do exercício		38.448	68.411
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	22.6	(908)	(394)
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício</b>		<b>37.540</b>	<b>68.017</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		38.448	68.411
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	3.704	18.354
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		(23.413)	55.694
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	13	(29.453)	(34.769)
Amortização	24	43.343	41.839
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24	12.264	8.384
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	24	2.987	(20.812)
Perda na alienação de bens do intangível	25	21.919	25.154
Marcação a Mercado da Dívida	16 e 26	4.840	40
Marcação a Mercado de derivativos	26	(9.206)	12.855
Instrumento Financeiros Derivativos	26	85.958	(38.954)
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>			
(Aumento) de consumidores e concessionárias		(48.175)	(24.189)
(Aumento) de estoques		(1.277)	(452)
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados a litígios		(8.939)	(2.170)
(Aumento) de impostos a recuperar		(25.135)	(43.531)
(Aumento) diminuição de ativos regulatórios	9	(9.699)	53.564
(Aumento) de outros créditos		(37.541)	(11.939)
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>			
(Diminuição) de fornecedores		(1.188)	(246)
Aumento de obrigações intrassetoriais		6.902	16.073
Aumento de tributos e contribuições sociais		28.578	22.306
Imposto de renda e contribuição social pagos		(28.084)	(16.570)
Aumento de passivos regulatórios	9	22.553	2.871
Aumento de outras contas a pagar		787	16.655
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>50.173</b>	<b>148.568</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Mutuo com partes relacionadas		-	(20.557)
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		89.502	(21.616)
Aplicações no intangível e no imobilizado		(208.378)	(247.344)
Alienação de bens do intangível		26.012	321
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>		<b>(92.864)</b>	<b>(289.196)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	16 e 17	200.000	375.705
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	16 e 17	(225.099)	(19.495)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	16 e 17	(36.227)	(34.974)
Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos		(42.672)	(11.135)
Pagamentos de parcelamentos taxas regulamentares	20.1	(5.204)	(37.868)
Pagamentos de parcelamentos de impostos		-	(715)
Pagamento de incorporação de redes	20.3	(15.602)	(54.926)
Pagamentos de dividendos	22.5	(5.812)	(17.691)
Aumento de capital com subscrição		152.595	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>		<b>21.979</b>	<b>198.901</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>(20.712)</b>	<b>58.273</b>
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5	81.732	23.459
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5	61.020	81.732
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>(20.712)</b>	<b>58.273</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015 Reapresentado
<b>Geração do valor adicionado:</b>			
<b>Receitas</b>			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços		1.443.561	1.289.015
Outras receitas	25	9.727	2.555
Receitas relativas a construção de ativos próprios	23	235.381	266.573
Provisão e reversão p/créditos de liquidação duvidosa	24	(12.264)	(8.384)
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Custo da energia elétrica vendida		614.520	439.457
Materiais e serviços de terceiros		102.593	127.834
Outros custos operacionais		282.378	296.069
		<b>999.491</b>	<b>863.360</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>676.914</b>	<b>686.399</b>
<b>Amortização</b>		<b>43.343</b>	<b>41.839</b>
<b>Valor adicionado líquido</b>		<b>633.571</b>	<b>644.560</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras		72.028	64.423
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>705.599</b>	<b>708.983</b>
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>			
<b>Pessoal</b>			
Remuneração direta		62.558	50.329
Benefícios		19.218	17.309
FGTS		5.507	4.672
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais		96.102	147.046
Estaduais		265.566	245.704
Municipais		286	1.304
Obrigações intrassetoriais		86.561	67.381
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>			
Juros		128.371	102.029
Aluguéis		2.982	4.798
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Dividendos	22.5	8.035	15.302
Reserva legal	22.2	1.922	3.421
Reserva de redução de imposto de renda	22.4	10.538	10.165
Realização da reavaliação líquida tributos	22.7	(6.151)	(6.384)
Retenção de lucros	22.3	24.104	45.907
		<b>705.599</b>	<b>708.983</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros				Lucros acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Outros resultados abrangentes	Total
			Reserva legal	Reserva de Investimento	Retenção de lucros	Reserva de incentivo fiscal				
Saldos em 01 janeiro de 2015	342.969	39.960	18.213	73.723	52.815	-	-	30.083	(232)	557.531
Realização da reavaliação	-	-	-	-	-	-	9.672	(9.672)	-	-
Tributos sobre realização da reavaliação	-	-	-	-	-	-	(3.288)	3.288	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	68.411	-	-	68.411
Proposta de destinação do Lucro Líquido:										
Reserva Legal	22.2	-	3.421	-	-	-	(3.421)	-	-	-
Reserva de redução de imposto de renda	22.4	-	-	-	-	10.165	(10.165)	-	-	-
Dividendos	22.5	-	-	-	-	-	(15.302)	-	-	(15.302)
Retenção de Lucros	22.3	-	-	-	45.907	-	(45.907)	-	-	-
Outros resultados abrangentes										
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	22.6	-	-	-	-	-	-	-	(599)	(599)
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	22.6	-	-	-	-	-	-	-	205	205
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>342.969</b>	<b>39.960</b>	<b>21.634</b>	<b>73.723</b>	<b>98.722</b>	<b>10.165</b>	<b>-</b>	<b>23.699</b>	<b>(626)</b>	<b>610.246</b>
Aumento de capital conf. AGOE de 29/04/2016	10.165	-	-	-	-	(10.165)	-	-	-	-
Aumento de capital conf. AGE de 30/09/2016	152.595	-	-	-	-	-	-	-	-	152.595
Realização da reavaliação	-	-	-	-	-	-	9.309	(9.309)	-	-
Tributos sobre realização da reavaliação	-	-	-	-	-	-	(3.158)	3.158	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	38.448	-	-	38.448
Proposta de destinação do Lucro Líquido:										
Reserva Legal	22.2	-	1.922	-	-	-	(1.922)	-	-	-
Reserva de redução de imposto de renda	22.4	-	-	-	-	10.538	(10.538)	-	-	-
Dividendos	22.5	-	-	-	-	-	(8.035)	-	-	(8.035)
Retenção de Lucros	22.3	-	-	-	24.104	-	(24.104)	-	-	-
Outros resultados abrangentes										
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	22.6	-	-	-	-	-	-	-	(1.375)	(1.375)
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	22.6	-	-	-	-	-	-	-	467	467
<b>Saldos em 31 dezembro de 2016</b>	<b>505.729</b>	<b>39.960</b>	<b>23.556</b>	<b>73.723</b>	<b>122.826</b>	<b>10.538</b>	<b>-</b>	<b>17.548</b>	<b>(1.534)</b>	<b>792.346</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 8. Balanço Social

ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A						
CNPJ Nº 25.086.034/0001-71						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2016						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2016			2015		
Receita líquida (RL)	1.188.448			1.125.481		
Resultado operacional (RO)	42.152			86.765		
Folha de pagamento bruta (FPB)	97.108			69.399		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	11.192	11,53%	0,94%	9.457	13,63%	0,84%
Encargos sociais compulsórios	20.313	20,92%	1,71%	15.976	23,02%	1,42%
Previdência privada	1.904	1,96%	0,16%	2.040	2,94%	0,18%
Saúde	7.800	8,03%	0,66%	6.188	8,92%	0,55%
Segurança e saúde no trabalho	1.956	2,01%	0,16%	2.299	3,31%	0,20%
Educação	61	0,06%	0,01%	107	0,15%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	235	0,24%	0,02%	489	0,70%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	183	0,19%	0,02%	172	0,25%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	6.718	6,92%	0,57%	2.538	3,66%	0,23%
Outros	302	0,31%	0,03%	279	0,40%	0,02%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>50.664</b>	<b>52,17%</b>	<b>4,26%</b>	<b>39.545</b>	<b>56,98%</b>	<b>3,51%</b>
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	7	0,01%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	280	0,31%	0,02%	374	0,30%	0,03%
Saúde e saneamento	123	0,13%	0,01%	282	0,23%	0,03%
Esporte	98	0,11%	0,01%	94	0,08%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	94	0,08%	0,01%
Outros	14	0,02%	0,00%	45	0,04%	0,00%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>522</b>	<b>0,57%</b>	<b>0,04%</b>	<b>889</b>	<b>0,72%</b>	<b>0,08%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	413.537	451,77%	34,80%	383.617	311,98%	34,08%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>414.059</b>	<b>452,34%</b>	<b>34,84%</b>	<b>384.506</b>	<b>312,70%</b>	<b>34,16%</b>
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	125	0,14%	0,01%	450	0,37%	0,04%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>125</b>	<b>0,14%</b>	<b>0,01%</b>	<b>450</b>	<b>0,37%</b>	<b>0,04%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		(x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2016			2015		
Nº de empregados(as) ao final do período	1.223			1.257		
Nº de admissões durante o período	108			501		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	585			508		
Nº de estagiários(as)	16			14		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	72			104		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	169			183		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	29,70%			24,30%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	949			632		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	21,60%			34,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	49			49		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2016			Metas 2017		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	17,85			17,07		
Número total de acidentes de trabalho	16			15		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	( ) seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto a participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(x) apoia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	(x) apoiará	( ) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 311.249	no Procon 320	na Justiça 95	na empresa 295.687	no Procon 288	na Justiça 735
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,5%	no Procon 29%	na Justiça 30%	na empresa 99,5%	no Procon 33%	na Justiça 35%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 31/12/2016: R\$ 705.599			Em 31/12/2015: R\$ 708.983		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	63 % governo acionistas	12 % colaboradores(as)	2 % terceiros	65 % governo acionistas	10 % colaboradores(as)	2 % terceiros
7 - Outras Informações	2016			2015		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	38.987			31.587		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	31.785			10.794		
<b>Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)</b>	<b>70.772</b>			<b>42.381</b>		
7.2 - Programa de eficiência Energética	6.173			8.872		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	6.087			2.151		
<b>Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)</b>	<b>83.032</b>			<b>53.404</b>		

## Notas Explicativas

### Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

#### 1. Contexto operacional

A Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “Energisa Tocantins”) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da empresa Rede Energia S.A. - “Em Recuperação Judicial”, que por sua vez é integrante do Grupo Energisa, que atua na distribuição de energia elétrica e sua concessão abrange todo o Estado do Tocantins, com 277.621 km<sup>2</sup>, atendendo 566.139 consumidores em 139 municípios (informação não auditada pelos auditores independentes), tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia possui sede na cidade de Palmas, Estado do Tocantins.

Contrato de concessão:

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão, receita de construção e prazo de concessão, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14, 23 e 32, respectivamente.

**Histórico da aquisição de controle acionário realizado pela Energisa S/A:**

- Em 31 de agosto de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL decretou a intervenção administrativa nas controladas da Rede Energia: Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A; Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A; Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A; Companhia de Força e Luz do Oeste (“CFLO”), Caiuá Distribuição de Energia S.A. (“Caiuá”), Empresa Elétrica Bragantina S.A. (“EEB”), Empresa de Distribuição de Energia Vale

Parapanema S.A. (“EDEVP”) e Companhia Nacional de Energia Elétrica (“CNEE”). Nesta data, em decorrência da perda do poder de controle sobre as empresas distribuidoras de energia elétrica, a Rede Energia reclassificou seus investimentos para ativo financeiro classificados como disponíveis para venda.

- 26 de novembro de 2012: A controladora Rede Energia S/A publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de recuperação judicial (“RJ”).
- 09 de setembro de 2013: O Plano de RJ foi homologado na 2ª Vara de Falência e Recuperações, favorável à proposta apresentada pela Energisa S/A.
- 16 de outubro de 2013: A operação objeto do Plano homologado foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
- 17 de dezembro de 2013: A ANEEL aprovou o plano de recuperação das concessionárias de distribuição sob intervenção (“Plano ANEEL”) apresentado pela Rede que foi detalhado e atualizado pela Energisa S/A.
- 28 de janeiro de 2014: A ANEEL anuiu à transferência do controle societário da Rede Energia S/A para a Energisa S/A.
- 08 de abril de 2014: A ANEEL decretou o fim da intervenção nas concessionárias e em 11 de abril de 2014 foi divulgado fato relevante informando que naquela data foi formalizada a transferência do controle societário da Rede Energia S/A à Energisa S/A. Com o fim de intervenção, a controladora Rede Energia S/A retomou o controle acionário das concessionárias.

Atualmente, todas as disposições dos planos de recuperação apresentados à ANEEL vêm sendo estritamente cumpridas e, no momento, aguarda-se apenas o encerramento do processo de recuperação judicial.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as Normas Internacionais do relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2016, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia de continuarem operando. Desta forma, as presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade dos negócios. Baseamos nossa conclusão nas expectativas em relação ao futuro, as quais são consistentes com os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais e planos estratégicos e de investimentos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2017.

### 2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### 2.3 Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas aplicadas estão descritas nas notas explicativas, sendo elas:

- Nota nº 6 - Consumidores e concessionárias
- Nota nº 6 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota nº 7 - Tributos à recuperar;
- Nota nº 12 - Créditos tributários;
- Nota nº 19 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais;
- Nota nº 24 - Custos e despesas operacionais - energia elétrica comprada para revenda;
- Nota nº 29 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- Nota nº 30 - Benefícios a empregados.

## 3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

### 3.1. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras
- Modificações à IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34 Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014
- IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização
- IAS 16 - Ativo imobilizado

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue:

- IFRS 9 (equivalente ao CPC 48) Instrumentos Financeiros (2)
- IFRS 15 (equivalente ao CPC 47) Receitas de Contratos com clientes (2)
- IFRS 16 - Leases (3)
- Modificações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (1)
- Modificações à IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa (1)
- Esclarecimento do IFRS 15 - Receitas de Contrato com Cliente (2)
- Modificações à IFRS 2 - Pagamento com base em ações (2)
- Modificações à IFRS 4 - Aplicação do IFRS 9 Instrumentos financeiros com o IFRS 4 Classificação dos contratos (2)
- Modificações às IAS 40 - Transferências de propriedade para investimentos (2)
- IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e considerações antecipadas (2).

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 (classificação e mensuração de ativos financeiros), que podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros, mas que nesse momento estão em avaliação pela companhia.

### 3.2. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. **Instrumentos financeiros e atividades de hedge** - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) disponível para venda - são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados nas categorias anteriores.

Existem três tipos de níveis para apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos valores justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota explicativa nº 29.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, ativos financeiros setoriais, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos de dívidas, instrumentos financeiros derivativos e passivos financeiros setoriais;

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 29 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge".

“Hedge” de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge accounting” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir dessa data;

- c. **Consumidores e concessionárias** - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras;
- d. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. **Estoques** - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão da Companhia foram atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacional de Contabilidade). A Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 9.
- g. **Contas a receber da concessão** - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmada a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras.

A Companhia originalmente registrou desde o exercício de 2012 como receita financeira o valor correspondente à diferença entre o VNR e o custo histórico contábil, entretanto a partir dos exercícios de 2016 e 2015 revisou sua prática contábil passando a classificar a remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho. Esta alteração de prática está suportada basicamente no: (i) retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de “WACC” (custo médio ponderado do capital); e (ii) investir em infraestrutura é a atividade do negócio de distribuição de energia elétrica, e o seu modelo de negócio está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura. A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 -

Contrato de Concessão.

Esses ativos foram classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 13.

- h. Imobilizado** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização (nota explicativa nº 14).

- i. Intangível** - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão;
- j. Juros e encargos financeiros:** são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- k. Redução a valor recuperável** - a Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Ativo financeiro:

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto

a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas, e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação.

- l. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

- m. **Derivativos** - os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 29;
- n. **Imposto de renda e contribuição social** - a despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

- o. **Incentivos fiscais SUDAM** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados à reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 12)
- p. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- q. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;

- r. **Dividendos** - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;
- s. **Resultado** - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- t. **Benefícios a empregados** - Plano de suplementação de aposentadoria e pensões - A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD) é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes;
- u. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- v. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

### 3.3 Reapresentações de exercícios anteriores

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu as seguintes reclassificações nas suas demonstrações do resultado e no valor adicionado de 31 de dezembro de 2015, originalmente emitidas em 17 de março de 2016 conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro".

Demonstração do Resultado	Divulgado 2015	Reclassificado	Reapresentado 2015
Receita operacional líquida	1.090.712	34.769	1.125.481
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	34.769	34.769
Lucro bruto	181.627	34.769	216.396
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos	88.195	34.769	122.964
Receitas financeiras	116.421	(53.247)	63.174
Atualização do contas a receber da concessão - VNR	34.769	(34.769)	-
Variação monetária	18.478	(18.478)	-
Despesa financeira	(117.851)	18.478	(99.373)
Outras despesas financeiras	(22.937)	18.478	(4.459)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(1.430)	(34.769)	(36.199)

Demonstração do Valor Adicionado	Divulgado	Reclassificado	Reapresentado
	2015		2015
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	1.254.246	34.769	1.289.015
Valor adicionado bruto	651.630	34.769	686.399
Valor adicionado líquido	609.791	34.769	644.560
Receitas financeiras	117.670	(53.247)	64.423
Valor adicionado total a distribuir	727.461	(18.478)	708.983
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	120.507	(18.478)	102.029

A natureza das principais reclassificações realizadas encontra-se descritas a seguir:

- a) A Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que o ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentado sob a rubrica de "Receita financeira - Atualização do contas a receber da concessão VNR", no resultado financeiro, seja reclassificado para o grupo de receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão, objetivando melhor a apresentação quanto à sua posição patrimonial, seu desempenho e de sua atividade de distribuição de energia elétrica. Esta mudança de prática, de acordo com o CPC 23 é como segue:
- (i) O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de "WACC" (custo médio ponderado do capital);
  - (ii) Investir em infraestrutura é a atividade do negócio de distribuição de energia elétrica, e o seu modelo está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura; e
  - (iii) A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão.

O impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é uma reclassificação de R\$34.769 da receita financeira - atualização do contas a receber da concessão VNR para a receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão.

- b) Para uma melhor comparabilidade entre os exercícios de 2016 e 2015, os valores relacionados a receita de variação monetária da dívida no montante de R\$18.478, apresentados em 2015 na rubrica de Receita Financeira - variação monetária foram reclassificados para as Despesas Financeiras - outras despesas financeiras.

#### 4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 139 municípios do Estado do Tocantins, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

## 5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

### 5.1. Caixa e equivalentes de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

Descrição	2016	2015
Caixa e depósitos bancários à vista	2.902	12.234
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	58.118	69.498
Certificado de Depósito Bancário (CDB) Compromissada <sup>(1)</sup>	41.496	16.201
Compromissada <sup>(1)</sup>	16.622	53.297
<b>Total caixa e equivalentes de caixa <sup>(2)</sup></b>	<b>61.020</b>	<b>81.732</b>

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2016 equivale a 98,81% do CDI (115,63% do CDI em 2015).

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, e são remuneradas a 50% até 102,5% do CDI.
- (2) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

### 5.2. Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio de resultado)

Descrição	2016	2015
<b>1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>78.060</b>	<b>147.018</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB) Compromissadas <sup>(1)</sup>	24.012	5.449
Fundo de Investimento <sup>(2)</sup>	-	10
Fundos de Investimentos Exclusivos <sup>(3)</sup>	1.806	3.545
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	52.192	138.014
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	3.906	-
Debêntures	403	25.999
Compromissadas	7.936	47.729
DPGE	504	5.805
Títulos públicos	-	7
Fundo de Crédito	2.172	37
Fundo de Renda Fixa	1.521	58.437
Letra Financeira (LFT)	10.455	-
Letra Financeira (LF)	3.187	-
Nota Promissória	21.982	-
Outros instrumentos	126	-
Outros instrumentos	50	-
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados -Circulante<sup>(4)</sup></b>	<b>78.060</b>	<b>147.018</b>

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (2) Fundo de Investimento - É classificado como renda fixa e é remunerado a 101,86% CDI.
- (3) Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Fundos de Crédito, Títulos, LFT, LFS, LF, são remuneradas de 101,72% até 113,95% do CDI.
- (4) Inclui R\$24.062 (R\$211 em 2015) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2016 equivale a 105,49% do CDI (115,63% do CDI em 2015).

## 6. Consumidores e concessionárias

O saldo de Consumidores e concessionárias refere-se, substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (iii) receita de uso da rede elétrica e os valores renegociados. A

exposição aos riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 29.

	Saldo a vencer		Saldo vencido				Provisão para créditos de liquidação duvidosos (4)	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias		2016	2015
<b>Valores correntes: <sup>(1)</sup></b>									
Residencial	14.202	-	34.454	3.071	180	419	(3.670)	48.656	45.002
Industrial	9.197	-	2.711	319	158	2.327	(2.327)	12.385	12.767
Comercial	13.738	-	8.268	854	350	559	(909)	22.860	21.237
Rural	5.359	-	4.345	570	93	270	(270)	10.367	9.718
Poder público:	6.833	-	6194	180	66	1.015	(1.015)	13.273	10.163
Iluminação pública	2.060	-	2.858	215	182	3.793	(3.793)	5.315	3.005
Serviço público	2.472	-	2.809	89	6	47	(47)	5.376	2.686
Serviço taxado	-	-	-	-	-	-	-	-	501
Fornecimento não faturado	36.913	-	-	-	-	-	-	36.913	37.739
Arrecadação em Processo Classificação	5.640	-	-	-	-	-	-	5.640	343
<b>Valores renegociados:</b>									
Residencial	678	915	423	156	264	783	(1.376)	1.843	1.226
Industrial	296	317	154	145	46	1383	(1.598)	743	1.067
Comercial	309	569	159	58	130	404	(661)	968	541
Rural	419	217	70	25	37	81	(177)	672	658
Poder público:	380	1.737	479	116	90	821	(1.418)	2.205	2.407
Iluminação pública	111	344	113	-	-	-	-	568	1.014
Serviço público	52	152	69	10	-	6	(16)	273	11
Serviço taxado	-	-	-	-	-	-	-	-	67
(-) Ajuste valor Presente <sup>(3)</sup>	(50)	(669)	-	-	-	-	-	(719)	(304)
<b>Subtotal -clientes</b>	<b>98.609</b>	<b>3.582</b>	<b>63.106</b>	<b>5.808</b>	<b>1.602</b>	<b>11.908</b>	<b>(17.277)</b>	<b>167.338</b>	<b>149.848</b>
Suprimento Energia - Moeda Nacional <sup>(2)</sup>	6.373	-	4.215	5.939	1.102	1.976	-	19.605	2.708
Outros <sup>(5)</sup>	1.229	-	530	2.529	1.865	2.621	(2.538)	6.236	4.712
<b>Total</b>	<b>106.211</b>	<b>3.582</b>	<b>67.851</b>	<b>14.276</b>	<b>4.569</b>	<b>16.505</b>	<b>(19.815)</b>	<b>193.179</b>	<b>157.268</b>
Circulante	-	-	-	-	-	-	-	183.810	152.608
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-	9.369	4.660

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos. Englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE .

O saldo da conta de suprimento energia - moeda nacional - em 31 de dezembro 2016, refere-se ao registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$19.605 (R\$1.976 em 2015), deduzido das liquidações ocorridas até 31 de dezembro de 2016. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante de (R\$5.685 em 2015) referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$7.268 (R\$13.287 em 2015), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2016	2015
Créditos a vencer	6.373	-
Créditos vinculados a liminares	1.976	1.976
Créditos vencidos	11.256	-
<b>Sub-total créditos CCEE (*)</b>	<b>19.605</b>	<b>1.976</b>
(-) Aquisições de energia na CCEE	-	(5.685)
(-) Encargos de serviços do sistema	(7.268)	(13.287)
<b>Total créditos CCEE</b>	<b>12.337</b>	<b>(16.996)</b>

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia de curto prazo que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

Uso de Estimativas: Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente;

- (3) Ajuste a Valor Presente: refere-se ao valor de ajuste calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 13,63% a.a. (14,14% a.a. em 2015). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações. Abaixo demonstramos o fluxo de caixa e sua temporalidade

	2016
2017	357
2018	80
2019	74
2020	69
2021 em diante	139
<b>Total</b>	<b>719</b>

- (4) Provisão para créditos de liquidação duvidosos - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidas:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias;
- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Segue movimentação ocorridas nos exercícios de 2016 e 2015:

Movimentação das provisões	2016	2015
Saldo - inicial -circulante - 2015 e 2014	13.837	19.216
Provisões (reversões) constituídas no exercício	12.264	8.384
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(6.286)	(13.763)
<b>Saldo - final - circulante - 2016 e 2015</b>	<b>19.815</b>	<b>13.837</b>
Consumidores e concessionárias	19.815	13.837

- (5) Inclui outros valores a receber de consumidores. A Companhia possui R\$ 5.007 referente ao ICMS incidente sobre a TUSD, suspenso por liminares, em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo circulante.

## 7. Tributos a recuperar

	2016	2015
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS <sup>(a)</sup>	33.355	28.599
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ <sup>(b)</sup>	41.520	29.419
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSSL <sup>(b)</sup>	10.363	7.628
Contribuição ao PIS e a COFINS <sup>(c)</sup>	19.040	14.465
Outros	968	-
<b>Total</b>	<b>105.246</b>	<b>80.111</b>
Circulante	54.624	41.408
Não circulante	50.622	38.703

- (a) Refere-se aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível e imobilizado, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.
- (b) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no ano calendário de 2016 e em exercícios anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base nos resultados apurados nos respectivos exercícios.
- (c) Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre a cota de depreciação/amortização dos bens e equipamentos utilizados na atividade operacional, aquisição de energia comprada para revenda, encargos de conexão, serviços e demais custos relacionados à atividade de distribuição de energia elétrica da Companhia.

## 8. Revisão e Reajustes tarifários e outros assuntos regulatórios

### 8.1 Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores, as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

### 8.2 Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para os consumidores da Companhia foi de 4,46%.

A Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

### 8.3 Bandeira tarifária:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia passaram a ter a incidência do mecanismo denominado Sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias visam refletir por meio de uma sinalização de fácil assimilação pelos consumidores (analogia a um semáforo) os custos variáveis da geração de energia elétrica que, até antes de sua implementação, somente eram repassados às tarifas de energia nos reajustes tarifários ordinários das distribuidoras. Além de garantir a cobertura dos custos variáveis de energia às distribuidoras, o mecanismo tem um papel fundamental de sinalizar à população os custos reais de geração de energia elétrica proporcionando que esta possa promover alterações de hábitos voltados à realização de um consumo consciente de energia.

Mensalmente, por meio de um Despacho, a ANEEL divulga a cor da Bandeira Tarifária que será vigente no mês civil seguinte. Para tanto, utiliza-se de informações fornecidas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS de previsões de geração de energia elétrica no país relativas aos custos de geração de energia por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Cabe à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE realizar a gestão da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Dessa forma, as bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia no SIN.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre quaisquer acréscimos;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$1,50, a partir de março foi de R\$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 uma nova alteração da regulamentação definiu um adicional de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$3,00, a partir de março do mesmo ano o índice foi alterado para R\$5,50 e em setembro de 2015 alterado para R\$4,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016, nova alteração na regulamentação definiu a abertura da bandeira vermelha em dois patamares: patamar 1 com um índice de R\$3,00 e patamar 2 com um índice de R\$4,50 aplicáveis a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As alterações da regulamentação de bandeiras tarifárias observadas no segundo semestre de 2015 e início de 2016 foram promovidas pela ANEEL para garantir que o mecanismo regulatório estivesse efetivamente alinhado com as necessidades de coberturas de custos de geração de energia do país. Ao longo da aplicação desse mecanismo foi possível observar que por um período ocorreu insuficiência de recursos (conta centralizadora deficitária), enquanto em outro período se observou sobra de recursos (superávit da conta centralizadora).

Importante destacar que desde abril de 2016 a Bandeira Tarifária Verde está vigente o que, conforme citado, não implica em acréscimos de custos às faturas de energia dos consumidores. Apenas no mês de novembro de 2016 a Bandeira Tarifária Amarela esteve vigente.

#### 8.4 Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos, em 2016 a ETO passou pelo 4º ciclo Revisão Tarifária Periódica - RTP sendo a próxima revisão em julho de 2020. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.105, de 28 de junho de 2016, aprovou o resultado provisório da quarta Revisão Tarifária Periódica - RTP da ETO homologando um Reposicionamento Tarifário com financeiros de 14,69%, sendo 16,77% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -2,08% relativos aos componentes financeiros. As tarifas foram reajustadas a partir de 04 de julho de 2016 e o impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 12,81%.

#### 8.5 Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação da Companhia é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Em razão de regra disposta no Decreto nº 5.163/04, independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão

dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos à Companhia, distribuidora de energia elétrica, por atividade que não lhe remunera (a aquisição de energia).

Para afastar os prejuízos decorrentes da aquisição de energia que lhe foi imposta, mitigando a sua sobrecontratação, ao longo de 2016 e ainda em 2017, a Companhia emvidou e vem emvidando seus melhores esforços e utilizando-se de todos os mecanismos disponíveis, tais como a participação nos MCSDs Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores. Mesmo assim, considerando que um dos últimos mecanismos ainda não foi realizado (o MCSD Ex-Post), a Companhia, em conjunto, estima ter encerrado o ano de 2016 com 111,0% de nível de contratação, sendo que o excedente, acima dos 100%, é liquidado pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) ao longo do ano.

Por isso, a Companhia, baseando-se tanto em parecer técnico de reconhecido escritório de advocacia e em manifestações da ABRADDEE, quanto em interações com a Aneel, recorreu à para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se o prejuízo da Companhia, distribuidora de energia elétrica.

O Poder Concedente, inclusive indicando a sua convergência com o entendimento da Companhia, alguns meses após a realização do leilão A-1 e após iniciadas as discussões com relação ao equívoco na sua realização, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, forma mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, e a devolução da energia a eles correspondente, também já foi manifestado entendimento no sentido que não há porque fazer distinção entre estes e os consumidores potencialmente livres apenas em decorrência da fonte de energia do fornecedor escolhido. Resta apenas a definição sobre a aplicação da permissão de redução dos contratos (CCEAR) por migração de consumidor especial para o ambiente livre e a consideração das sobras relativas a essa migração como involuntárias.

Como até a data de publicação da presente Demonstração Financeira de 2016, as discussões acerca do tema encontravam-se em curso, conservadoramente, optou-se pela contabilização das despesas incorridas com as sobras de energia até que decisão definitiva seja proferida pela ANEEL..

Os valores incorridos até 31 de dezembro de 2016, não repassável para as tarifas dos consumidores, foram de R\$23.577 reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

## 9. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

---

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Desde o exercício de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros o que permitiu a contabilização dos saldos da CVA de forma prospectiva de acordo com o OCPC 08.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma, os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida à receita de venda de bens e serviços.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir

Ativos financeiros setoriais	Saldo em 2015	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
<b>Itens da Parcela A (i)</b>										
Energia elétrica comprada para revenda	42.639	38.252	(37.325)	1.398	(1.520)	43.444	5.690	37.754	24.309	19.135
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.502	2.774	(2.889)	122	-	1.509	1.440	69	1.486	23
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	6.436	3.111	(7.266)	308	-	2.589	1.647	942	2.124	465
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	7.008	2.647	(8.140)	1.485	1.228	4.228	4.161	67	4.228	-
Conta Consumo de Combustível - CCC	531	-	(531)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Componentes financeiros</b>										
Neutralidade da Parcela A (iv)	-	1.405	-	-	(1.405)	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de energia (ii)	-	15.335	(1.403)	4.849	(17.379)	1.402	1.381	21	1.402	-
Garantias (v)	-	173	(190)	11	594	588	292	296	440	148
Outros itens financeiros (vii)	3.302	7.795	(4.049)	(3)	(1.188)	5.857	3.853	2.004	5.449	408
<b>Total Ativo</b>	<b>61.418</b>	<b>71.492</b>	<b>(61.793)</b>	<b>8.170</b>	<b>(19.670)</b>	<b>59.617</b>	<b>18.464</b>	<b>41.153</b>	<b>39.438</b>	<b>20.179</b>

Passivos financeiros setoriais	Saldo em 2015	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
<b>Itens da Parcela A (i)</b>										
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	42.396	24.897	(37.397)	2.495	-	32.391	14.877	17.514	23.615	8.776
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(18)	-	623	1.228	1.833	-	1.833	902	931
<b>Componentes financeiros</b>										
Neutralidade da Parcela A (iv)	5.363	6.915	(6.601)	557	(1.406)	4.828	4.674	154	4.788	40
Sobrecontratação de energia (ii)	11.428	24.147	(8.747)	7.415	(17.379)	16.864	-	16.864	8.297	8.567
Devoluções Tarifárias (*)	-	5.515	-	386	-	5.901	-	5.901	-	5.901
Exposição de submercados	-	12.568	(4.102)	346	-	8.812	4.169	4.643	6.486	2.326
Saldo a Compensar (vi)	-	-	(3.178)	-	8.141	4.963	4.884	79	4.963	-
Outros itens financeiros (vii)	2.737	12.397	(3.843)	496	(10.254)	1.533	-	1.533	1.533	-
<b>Total Passivo</b>	<b>61.924</b>	<b>86.421</b>	<b>(63.868)</b>	<b>12.318</b>	<b>(19.670)</b>	<b>77.125</b>	<b>28.604</b>	<b>48.521</b>	<b>50.584</b>	<b>26.541</b>
<b>Saldo Líquido</b>	<b>(506)</b>	<b>(14.929)</b>	<b>2.075</b>	<b>(4.148)</b>	<b>-</b>	<b>(17.508)</b>	<b>(10.140)</b>	<b>(7.368)</b>	<b>(11.146)</b>	<b>(6.362)</b>

(\*) Refere-se à receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, no montante de R\$ 5.515, conforme Despacho ANEEL nº245/2016, que determinou que para operacionalizar os efeitos contábeis em consonância com o Proret, a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária os novos valores decorrentes de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo deverão ser apropriados em Passivos Financeiros Setoriais-Devoluções Tarifárias sendo atualizados mensalmente de acordo com o índice de correção monetária estabelecido no PRORET (IPCA) e somente começará a ser amortizado quando da homologação no 5º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica.

#### (i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

#### (ii) Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia

As distribuidoras devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado.

Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos cinco por cento em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.

(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS

Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN.

(iv) Neutralidade da Parcela A

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

(v) Garantias Financeiras

Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.

(vi) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior

Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o Saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

(vii) Outros itens financeiros

Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc.

## 10. Outros Créditos

	2016	2015
Subvenção à Baixa Renda <sup>(1)</sup>	5.375	4.342
Subvenção CDE - desconto tarifário <sup>(2)</sup>	8.835	22.731
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	20.063	12.624
Ordens de serviço em curso - Outros	3.771	3.954
Ordens de desativação em curso	(1.798)	4.299
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	31	31
Adiantamento empregados	859	202
Adiantamento fornecedores	1.085	686
Outros créditos a Receber - CELPA - em "Recuperação Judicial" <sup>(3)</sup>	9.235	8.704
(-) Ajuste a Valor presente - CELPA <sup>(3)</sup>	(3.929)	(3.947)
Aquisição de crédito fiscais <sup>(4)</sup>	7.867	7.867
(-) Provisão na aquisição de crédito fiscais <sup>(4)</sup>	(7.867)	(7.867)
Despesas pagas antecipadas	1.895	1.853
Créditos de terceiros-Alienação de bens e direitos	2.613	4.061
Pré venda de energia <sup>(5)</sup>	1.519	1.519
(-) Provisão Pré venda de energia <sup>(5)</sup>	(1.519)	(1.519)
Crédito Eletrobrás - LPT <sup>(6)</sup>	26.546	-
Outros	2.164	1.583
<b>Total</b>	<b>76.745</b>	<b>61.123</b>
Circulante	71.357	56.285
Não circulante	5.388	4.838

- (1) **Subvenção à Baixa Renda - Tarifa Social:** Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

	2016	2015
Saldo - inicial - circulante - 2015 e 2014	4.342	4.045
Subvenção baixa renda	28.641	22.964
Ressarcimento Eletrobrás	(27.608)	(22.667)
Saldo- final - circulante 2016 e 2015	5.375	4.342

- (2) **Subvenção CDE - desconto tarifário:** Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Segue abaixo a movimentação no exercício:

	2016	2015
Saldo - inicial - circulante - 2015 e 2014	22.731	28.761
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	45.566	39.682
Ressarcimento Eletrobrás	(59.462)	(45.979)
Atualização monetária (*)	-	267
Saldo - final - circulante - 2016 e 2015	8.835	22.731

(\*) conforme regulamentação emitida pela ANEEL através da Resolução homologatória nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015.

O saldo em 31 de dezembro de 2016, corresponde às subvenções incorridas nos meses de novembro e dezembro de 2016, cujos ressarcimento a administração da empresa espera receber no primeiro trimestre de 2017.

- (3) Crédito a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em "Recuperação Judicial", oriundo de transações entre partes relacionadas. Os créditos intra-grupo foram parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S.A., até onde se compensavam, que quitou perante às Partes Relacionadas a parcela do crédito assumido. Do saldo total de R\$23.141 que a Companhia tem direito, cerca de 69% (R\$15.992) foram assumidas pela Rede Power do Brasil S.A. e o restante será pago em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, atualizadas pela variação do IGPM, com conclusão em setembro de 2034. A Companhia mantém ajuste a valor presente a receber no valor de R\$3.929 (R\$3.947 em 2015).
- (4) Com a finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretária da Receita Federal, a Companhia adquiriu, em 2003, créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. A Companhia ingressou na ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a Companhia desistiu da compensação tributária de referidos créditos e manteve a discussão judicial visando à sua conclusão. A realização do crédito depende do sucesso da ação atualmente em fase de execução, sendo considerado provável o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração da Companhia reconheceu provisão para perda no valor recuperável desse ativo.
- (5) Referente ao contrato de compra e venda de energia elétrica nº 011/2003, registrado na ANEEL sob nº 149/2003, firmado entre Companhia e a CNBO - Produtora de Energia Elétrica Ltda que possui como objeto a entrega pela CNBO e o recebimento pela Companhia da energia a ser produzida pelas Usinas Areia e Água Limpa, no valor de R\$1.519. Diante da não entrega da energia, tampouco da devolução do numerário adiantado, a Companhia ajuizou ação judicial. Dessa forma, passou a ser tratada como um ativo contingente. Por este fato, a realização do ativo passou a depender tão somente da demanda

judicial movida contra a CNBO e, a Administração decidiu por provisionar a perda deste valor enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

- (6) Crédito a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás, em função do Contrato Nº ECFS-343/2013, firmando em 19/12/2013. O montante diz respeito às liberações finais (4ª e 5ª Tranche) da subvenção econômica prevista no citado instrumento, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa Luz Para Todos, tendo como contra partida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica.

## 11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela REDE ENERGIA S/A (76,67% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEVP), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Multi Energisa Serviços S/A (Multi Energisa), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (CTCE), Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A e Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER) que também possui 36,83% de participação no capital social.

A Rede Energia é controlada pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (56,89%) que por sua vez é controlada pela Denerge (99,99%). Desde de 11 de abril de 2014 a Denerge é controlada pela Energisa 99,97%. A Energisa S/A possui 29,49% e Denerge 9,82% da Rede Energia.

Transações efetuadas durante os exercícios pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesa) <sup>(1)</sup>	Receita Financeira	Créditos a Receber	Saldo a pagar (fornecedores)
Energisa Soluções S/A <sup>(1)</sup>	2.107	-	-	235
Energisa S/A	694	-	-	-
Multi Energisa Serviços S/A <sup>(2)</sup>	11.305	-	-	487
Estado do Tocantins <sup>(3)</sup>	-	13.227	109.682	-
2016	14.106	13.227	109.682	722
2015	9.828	(469)	98.781	5.017

### (1) Energisa Soluções S.A. - Serviços de Manutenção

As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

### (2) Multi Energisa S.A. - Serviços Administrativos

Os contratos referem-se a serviços de Call Center e Suporte a TI firmados junto à Multi Energisa S/A e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios

### (3) Créditos a receber - Estado do Tocantins

Refere-se a valores que a Companhia tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

	2016	2015
Saldo - inicial - não circulante - 2015 e 2014	98.781	106.328
Amortização realizado no exercício	(2.326)	(7.078)
Ajuste / Atualização monetária - IGPM	13.227	(469)
Saldo- final - não circulante 2016 e 2015	109.682	98.781

- Programa Reluz Tocantins

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, foi instituído em 2000 pela Eletrobrás, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, e implementado pelas concessionárias de energia elétrica com a participação das prefeituras e governos estaduais. O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semaforica, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. Estão habilitados ao programa os entes federativos (Municípios, Governos Estaduais e Distritos) por intermédio das concessionárias de energia elétrica. Os entes federativos interessados em incluir seus projetos no Programa RELUZ deverão dirigir-se diretamente às concessionárias de energia elétrica locais que negociarão e apresentarão a solicitação do financiamento à Eletrobrás, conforme orientações do Manual de Instruções do Programa. O financiamento da Eletrobrás é de até 75% do valor total do projeto. Os 25% restantes deverão constituir a contrapartida dos entes federativos e/ou das concessionárias de energia elétrica.

Buscando a melhoria e ampliação da iluminação pública dos municípios tocantinenses, o Governo do Estado do Tocantins implementou o Programa Reluz Tocantins, que teve como objetivo a execução de obras para efficientização energética do sistema de iluminação pública dos 139 municípios que compõem o Estado.

Em 24/6/2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24/3/2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R\$82.423 do Governo do Estado junto à Companhia e a execução, por parte da Companhia, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A forma de pagamento está estabelecida no contrato da seguinte forma:

- i. Transferência de estruturas e redes de energia elétrica de titularidade do Governo do Estado;
- ii. Transferência de ações ordinárias, correspondentes a 9% das ações de emissão da Companhia e de titularidade do Governo do Estado;
- iii. Utilização da totalidade do montante de dividendos creditados;
- iv. O saldo remanescente após realizados os itens anteriores, deverá ser pago em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

A Companhia executou todas as obras e serviços necessários do Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobrás, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11/9/2013.

A Companhia encaminhou ao Governo do Estado todas as notificações de evento de pagamento, conforme a conclusão dos eventos físicos previstos no cronograma do contrato e aprovação da Eletrobrás.

Em 09/07/2014, por meio de dação de pagamento, foi realizada a transferência de 9% das ações de emissão da Companhia, de titularidade do Estado do Tocantins, um total de 34.085.056 ações preferenciais, correspondendo ao valor de R\$33.063.

O saldo a receber relacionado ao Programa Reluz Tocantins foi atualizado conforme cláusulas contratuais que, de forma geral, resumem-se em 7,5% a.a de atualização financeira sobre o saldo principal e para os pagamentos em atraso, atualização monetária com base na variação mensal do IGPM/FGV, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre a totalidade do débito em atraso, isso perfaz um montante em 31 de dezembro de 2016 de R\$84.848 (R\$76.977 em 2015), considerando-se o abatimento do saldo devedor dos dividendos creditados relativos aos exercícios de 2009, 2010, 2011, 2014 e 2015, bem como a dação em pagamento através da transferência de 9% das ações.

Conforme previsto no contrato do Programa Reluz Tocantins, a Companhia reteve os dividendos creditados ao acionista Estado do Tocantins, cumprindo o dispositivo contratual de que a Companhia, a qualquer tempo, poderia utilizar os dividendos creditados para pagamento das parcelas vencidas do valor da dívida do Programa. Em 29/09/2013, o acionista Estado do Tocantins entrou com uma ação judicial para recebimento dos valores creditados a título de dividendos e, em decisão liminar, os valores foram depositados em juízo, até o julgamento de mérito da demanda. Após a concessão de Suspensão de Segurança pelo presidente do STJ, os valores bloqueados foram devolvidos à Companhia nos dias 7 e 9 de abril de 2014. Caso a decisão final seja julgada em desfavor da Companhia, o saldo devedor será recalculado sem considerar o pagamento efetuado por meio da compensação dos dividendos.

- Convênio 028/2008 - convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE - 003/2012-DFC, de 29/2/2012. O valor a receber atualizado é de

R\$24.834 (R\$21.804 em 2015). Até o encerramento destas demonstrações financeiras, o Estado do Tocantins não havia liberado os recursos financeiros em conformidade com o plano de trabalho definido no Convênio.

Em 01 de julho de 2016, o Governo do Estado do Tocantins, através do Ofício nº 909/2016/SEFAZ/GASEC, confirmou o saldo devedor de R\$103.185, na data base de 31 de março de 2016, referente ao convênio 028/2008 - linha de transmissão ligando Xambioá a Tocantinópolis e o Programa Reluz. Esse Ofício ainda confirma que as partes estão em tratativas para encontrar uma forma de parcelar e liquidar o referido saldo devedor, sendo que o valor final será objeto de confirmação quando da finalização dos trabalhos do Comitê de Análise dos Contratos Ativos firmados entre o acionista Estado do Tocantins e o Grupo Energisa, criado através do Decreto do Governador do Estado nº 5.436, de 25 de maio de 2016. Em 21 de novembro de 2016 o Governo do Estado publicou o Decreto nº 5.541 elegendo o comitê com objetivo de solucionar todos os assuntos dos contratos entre as partes. Diante desses novos fatos e da perspectiva de conclusão das negociações devido à criação do referido Comitê, a administração tem expectativa de realização dos créditos da Companhia com o acionista Estado do Tocantins no próximo exercício.

### Remuneração dos Administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a remuneração dos membros do Conselho foi de R\$212 (R\$110 em 2015) e da Diretoria foi de R\$2.938 (R\$2.158 em 2015). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$130 (R\$196 em 2015). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$381 (R\$345 em 2015).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros foram de R\$46 e R\$2 (R\$43 e R\$2 em 2015), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2016 foi de R\$13 (R\$9 em 2015).

Na AGOE de 29 de abril de 2016, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2016 no montante de R\$4.163 (R\$3.872 em 2015).

## 12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de impostos de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, registrados segundo as normas dos CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

	2016	2015
<b>Ativo</b>		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	42.496	38.975
Contribuição social sobre o lucro líquido	15.299	14.031
<b>Total</b>	<b>57.795</b>	<b>53.006</b>
<b>Passivo</b>		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	(7.422)	(18.285)
Contribuição social	(2.672)	(6.583)
<b>Total</b>	<b>(10.094)</b>	<b>(24.868)</b>
<b>Total líquido - ativo não circulante</b>	<b>47.701</b>	<b>28.138</b>

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

Natureza	2016		2015	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo</b>				
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	59.894	20.364	52.376	17.808
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	19.815	6.737	13.837	4.705
Outras provisões	18.939	6.440	17.725	6.027
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações e outras adições	38.215	12.993	67.668	23.007
Outras adições (exclusões) temporárias	10.735	3.650	3.747	1.273
Marcação a mercado - dívida	4.880	1.659	40	14
Ativos (passivos) financeiros setoriais	17.508	5.952	506	172
Marcação a mercado - derivativos	(3.154)	(1.072)	(37.234)	(12.660)
Encargos sobre reserva de reavaliação	(26.535)	(9.022)	(35.907)	(12.208)
<b>Totais - ativo não circulante</b>	<b>140.297</b>	<b>47.701</b>	<b>82.758</b>	<b>28.138</b>

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais (*)
2017	12.937
2018	14.033
2019	16.446
2020	14.379
<b>Total</b>	<b>57.795</b>

(\*) Não considera a realização dos encargos da reserva de reavaliação.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2016	2015
Lucro antes dos impostos	42.152	86.765
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculado às alíquotas fiscais combinadas	(14.332)	(29.500)
<b>Ajustes:</b>		
Despesas indedutíveis	(628)	(611)
Doações	(141)	(302)
Outras	(26)	779
Créditos sobre incentivos fiscais - SUDAM. (*)	10.538	10.165
Créditos sobre outros incentivos fiscais (**)	885	1.115
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>	<b>(3.704)</b>	<b>(18.354)</b>
Alíquota efetiva	(8.79%)	(21,15%)

(\*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDAM- auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

(\*\*) Referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais. Em março de 2015 obteve aprovação do Ministério da Integração Nacional do seu pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023 e o deferimento de seu pedido junto à Receita Federal - Ato Declaratório Executivo nº 03 de 18 de março de 2015 - DRF/PAL/TO e Laudo Constitutivo SUDAM nº 113/2014, consiste na redução de até 75% do Imposto de renda calculados sobre o lucro de exploração, tendo sido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a redução de R\$10.538 (R\$10.165 em 2015).

Uso de estimativa: os créditos tributários são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e bases negativas e em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Se o reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

### 13. Contas a receber da concessão

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que vem determinar a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

A partir desta publicação foram alteradas as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, com a aplicação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015, aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET), da Base de Remuneração Regulatória (BRR, onde determinou que a base de remuneração fosse corrigida pela aplicação do IPCA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, por mudança de prática contábil, a Companhia passou a reconhecer a remuneração do contas a receber da concessão VNR na receita operacional como valor justo do ativo indenizável da concessão em R\$29.453 (R\$34.769 em 2015). O valor registrado no exercício de 2016 inclui a parcela do processo do 4º ciclo tarifário aprovado pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 2.105, de 28 de junho de 2016, Nota Técnica nº. 212/2016 - SGT/ANEEL.

No exercício de 2015, estão incluídos os impactos do recálculo do valor justo pelo novo índice de atualização (IPCA).

Esse direito está classificado como disponível para venda no ativo não circulante.

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

Movimentação	2016	2015
Ativo financeiro custo corrigido - 2015 e 2014	635.021	428.596
Adições no exercício (*)	61.476	186.934
Baixas no exercício	(21.933)	(15.278)
<b>Subtotal - Ativo financeiro custo corrigido</b>	<b>674.564</b>	<b>600.252</b>
Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (**)	29.453	34.769
<b>Ativo financeiro valor justo - 2016 e 2015</b>	<b>704.017</b>	<b>635.021</b>

(\*) Transferência do intangível para o grupo de contas a receber da concessão;

(\*\*) Os ativos são remunerados pela aplicação da variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de reajustes tarifários. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas

## 14. Intangível e Imobilizado

	2016	2015
Imobilizado	5.240	-
Intangível - contrato de concessão	327.388	457.049
<b>Total</b>	<b>332.628</b>	<b>457.049</b>

### Intangível - contrato de concessão

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A mutação dos bens da concessão, é como segue:

	Saldo 2015	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 2016
<b>Intangível em Serviço</b>						
Custo	1.005.559	-	36.598	(25.483)	-	1.016.674
Amortização Acumulada	(676.242)	-	-	21.404	(84.567)	(739.405)
<b>Subtotal</b>	<b>329.317</b>	<b>-</b>	<b>36.598</b>	<b>(4.079)</b>	<b>(84.567)</b>	<b>277.269</b>
Em Curso	127.732	308.031	(36.598)	(216.707)	-	182.458
<b>Total Intangível</b>	<b>457.049</b>	<b>308.031</b>	<b>-</b>	<b>(220.786)</b>	<b>(84.567)</b>	<b>459.727</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>						
<b>Em Serviço</b>						
Custo	339.595	753	(31.006)	-	-	309.342
Amortização Acumulada	(176.966)	-	-	-	(30.081)	(207.047)
<b>Subtotal</b>	<b>162.629</b>	<b>753</b>	<b>(31.006)</b>	<b>-</b>	<b>(30.081)</b>	<b>102.295</b>
Em Curso	48.038	106.231	31.006	(155.231)	-	30.044
<b>Total das Obrigações vinculadas a concessão</b>	<b>210.667</b>	<b>106.984</b>	<b>-</b>	<b>(155.231)</b>	<b>(30.081)</b>	<b>132.339</b>
<b>Total Intangível</b>	<b>246.382</b>	<b>201.047</b>	<b>-</b>	<b>(65.555)</b>	<b>(54.486)</b>	<b>327.388</b>
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Custo:						
Máquinas e equipamentos	-	10.804	1.224	-	-	12.028
Móveis e utensílios	-	2.422	309	-	-	2.731
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>-</b>	<b>13.226</b>	<b>1.533</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.759</b>
Depreciação acumulada:						
Máquinas e equipamentos	-	(7.596)	-	-	(472)	(8.068)
Móveis e utensílios	-	(1.395)	-	-	(56)	(1.451)
<b>Total Depreciação acumulada</b>	<b>-</b>	<b>(8.991)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(528)</b>	<b>(9.519)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>	<b>-</b>	<b>4.235</b>	<b>1.533</b>	<b>-</b>	<b>(528)</b>	<b>5.240</b>
Imobilizado em curso	-	1.533	(1.533)	-	-	-
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>-</b>	<b>5.768</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(528)</b>	<b>5.240</b>
<b>Total Ativo Intangível e Imobilizado</b>	<b>246.382</b>	<b>206.815</b>	<b>-</b>	<b>(65.555)</b>	<b>(55.014)</b>	<b>332.628</b>

(\*) As baixas totalizaram no exercício R\$65.555, sendo R\$61.476 transferido para o contas a receber da concessão e R\$4.079 referente às baixas do ativo em serviço no exercício.

	Saldo 2014	Adições	Baixas (*)	Transferências	Amortização	Saldo 2015
<b>Custo</b>						
<b>Em serviço:</b>						
Distribuição	934.554	-	(15.791)	49.042	-	967.805
Comercialização	5.859	-	(87)	-	-	5.772
Administração	20.891	-	(1.772)	12.863	-	31.982
<b>Subtotal em serviço</b>	<b>961.304</b>	<b>-</b>	<b>(17.650)</b>	<b>61.905</b>	<b>-</b>	<b>1.005.559</b>
<b>(-) Amortização</b>						
Distribuição	(593.832)	-	10.603	-	(72.249)	(655.478)
Comercialização	(4.973)	-	85	-	(340)	(5.228)
Administração	(13.194)	-	1.140	-	(3.482)	(15.536)
<b>Subtotal amortização</b>	<b>(611.999)</b>	<b>-</b>	<b>11.828</b>	<b>-</b>	<b>(76.071)</b>	<b>(676.242)</b>
<b>Em curso:</b>						
Distribuição	105.006	295.574	(231.869)	(49.042)	-	119.669
Administração	7.366	20.976	(7.416)	(12.863)	-	8.063
<b>Subtotal em curso</b>	<b>112.372</b>	<b>316.550</b>	<b>(239.285)</b>	<b>(61.905)</b>	<b>-</b>	<b>127.732</b>
<b>Total Intangível</b>	<b>461.677</b>	<b>316.550</b>	<b>(245.107)</b>	<b>-</b>	<b>(76.071)</b>	<b>457.049</b>
<b>(-) Obrigações vinc. À concessão</b>						
Em serviço	(328.809)	-	5.299	(16.085)	-	(339.595)
Amortização	148.711	-	-	-	28.255	176.966
Em curso	(60.963)	(55.511)	52.351	16.085	-	(48.038)
<b>Subtotal das Obrigações Especiais</b>	<b>(241.061)</b>	<b>(55.511)</b>	<b>57.650</b>	<b>-</b>	<b>28.255</b>	<b>(210.667)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>220.616</b>	<b>261.039</b>	<b>(187.457)</b>	<b>-</b>	<b>(47.816)</b>	<b>246.382</b>

(\*) As baixas totalizaram no exercício R\$187.457, sendo R\$186.934 transferido para o contas a receber da concessão e R\$523 referente às baixas do ativo em serviço no exercício.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, revogada pela Resolução Normativa nº 691, 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. Em 31 de dezembro de 2016, a taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,95% (3,90% em 2015).

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

	2016	2015
Contribuições do consumidor <sup>(1)</sup>	301.098	274.864
Participação da União - recursos CDE <sup>(2)</sup>	525.130	517.896
Participação do Governo do Estado	217.674	208.780
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	17.528	17.299
( - ) Amortização acumulada <sup>(3)</sup>	(207.047)	(176.966)
<b>Total</b>	<b>854.383</b>	<b>841.873</b>
Alocação:		
Contas a receber da concessão	722.044	631.206
Infraestrutura - Intangível em serviço	102.295	162.629
Infraestrutura - Intangível em curso	30.044	30.739
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	17.299
<b>Total</b>	<b>854.383</b>	<b>841.873</b>

- (1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) As subvenções da Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- (3) A Companhia passou a amortizar as obrigações especiais em julho de 2008. A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em junho de 2008, as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais. As novas adições, ocorridas a partir de 01 de janeiro de 2015, início da vigência da nova versão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, estabelecido pela Resolução Normativa nº 605, passaram a ser amortizadas de acordo com a data da imobilização até estar totalmente amortizado.

### Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir da revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária em julho de 2012 e, a partir dessa data, os faturamentos das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações Especiais.

Até 31 de janeiro de 2016, o montante contabilizado naquela rubrica foi de R\$17.528 (R\$17.299 em 2015), e foi transferido para obrigações especiais em serviço para ser amortizado a partir de fevereiro de 2016. Conforme Resolução Normativa nº660 de 28 de abril de 2015, a partir do 4º ciclo de revisão tarifária a Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente será contabilizada na rubrica Passivos Financeiros Setoriais, sendo atualizados, mensalmente, pela variação do IPCA.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

### Reavaliação Espontânea

A Companhia procedeu em 2005 uma avaliação dos bens que abrangeu as linhas e redes de transmissão, linhas e redes de distribuição, subestações e equipamentos em geral.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de julho de 2005 aprovou a nomeação de empresas especializadas e o respectivo Laudo de Avaliação apresentado pelas empresas.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da reavaliação é de R\$17.548 (R\$23.699 em 31 de dezembro de 2015), líquido dos efeitos tributários.

O efeito da realização da reavaliação no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, oriundo das amortizações, baixas e alienações, foi de R\$6.151(R\$6.384 em 2015), líquido dos efeitos tributários.

## 15. Fornecedores

	2016	2015
Suprimento:		
Contratos Bilaterais <sup>(1)</sup>	55.009	47.226
CCEE	7.268	18.972
Uso da rede básica <sup>(1)</sup>	1.956	1.676
Energia livre	200	200
Materiais e serviços e outros <sup>(2)</sup>	20.384	26.223
<b>Total - circulante</b>	<b>84.817</b>	<b>94.297</b>

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

## 16. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, bem como os encargos e demais componentes a eles relacionados, são como se segue:

	2016	2015
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	396.113	319.581
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	211.939	305.173
Encargos de dívidas - moeda nacional	1.604	957
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	1.927	2.391
(-) Custos a amortizar	(2.037)	(1.680)
(-) Marcação a mercado de dívidas	4.880	40
<b>Total</b>	<b>614.426</b>	<b>626.462</b>
Circulante	133.572	82.499
Não Circulante	480.854	543.963

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e arrendamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros (5)	Garantias (1)
	2016	2015					
<b>Energisa Tocantins</b>							
Luz para Todos I - Eletrobrás	23.622	38.236	6,0% a 6,5% a.a.	abr/22	Mensal	6,00% a 6,50%	B
Luz para Todos II - Eletrobrás	63.600	67.341	SELIC	nov/19	Mensal	14,02%	-
CCB - Santander <sup>(4)</sup>	69.911	83.870	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	16,28%	B
Repasse BNDES - Bradesco <sup>(1)</sup>	54.851	53.850	TJLP + 3,96% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES - Itaú <sup>(1)</sup>	24.093	23.654	4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES - Bradesco <sup>(1)</sup>	42.544	37.233	TJLP + 3,96% a.a.	nov/21	Mensal	18,36%	A
Repasse BNDES - Itaú <sup>(1)</sup>	18.688	16.354	4,26% a.a.	nov/21	Mensal	18,36%	A
Nota Promissória Itaú <sup>(4)</sup>	100.408	-	CDI + 1,85% a.a.	dez/19	Final	15,85% A 15,95%	-
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(2.037)	(1.680)	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>395.680</b>	<b>318.858</b>					
Resolução 4131 - Itaú <sup>(2 e 4)</sup>	213.866	256.180	4,04% a.a. (Pré)	abr/20	Mensal	-12,50%	B
Resolução 4131-Bank of America ML <sup>(2 e 4)</sup>	-	51.384	1,48% a.a. (Pré)	dez/16	Final	-15,06%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida <sup>(3)</sup>	4.880	40	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>218.746</b>	<b>307.604</b>					
<b>Total Energisa Tocantins</b>	<b>614.426</b>	<b>626.462</b>					

A=Aval Energisa S/A, B=Receíveis

1. A controladora final Energisa S/A., firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$182.034, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora final Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debêntures de 7ª emissão da controladora final Energisa S.A.

Até 31 de dezembro de 2016, foram liberados R\$131.004, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Além disto, estes contratos possuem obrigações contratuais não financeiras, como envio periódico de informações, cumprimento regular de normas trabalhistas, manutenção de licenças necessárias à operação, bem como de seguros, entre outras, que são avaliadas pelo banco quanto ao fiel atendimento. O descumprimento desses níveis e obrigações pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2016, os índices foram cumpridos.

2. Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 29).
3. Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo e pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 29).
4. O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.
5. Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

Moeda/indicadores	2016	2015
US\$ x R\$	-16,54%	47,01%
TJLP	7,50%	7,00%
SELIC	14,02%	13,32%
CDI	14,00%	13,24%

Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2016
2018	205.235
2019	186.952
2020	57.237
2021	30.356
Após 2021	1.074
<b>Total</b>	<b>480.854</b>

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2016	2015
Saldo inicial - circulante - 2015 e 2014	626.462	207.704
Novos empréstimos e financiamentos obtidos no exercício	200.000	381.004
Custos Apropriados no exercício	-	(577)
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial no exercício	(6.685)	85.278
Marcação a Mercado das Dívidas no exercício	4.840	40
Pagamento de principal no exercício	(175.099)	(19.482)
Pagamento de juros no exercício	(35.092)	(27.505)
<b>Saldo final - circulante - 2016 e 2015</b>	<b>614.426</b>	<b>626.462</b>
Circulante	133.572	82.499
Não circulante	480.854	543.963

## 17. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	1ª Emissão
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	30/05/2014
Data de vencimento	30/05/2019
Garantia	Quirografia
Rendimentos	CDI + 2,28% a.a
TIR (taxa efetiva de juros)	17,54% a.a
Quantidade de títulos	5.000
Valor na data de emissão	10.000
Títulos em circulação	10.000
Carência de Juros	6 meses
Amortizações/parcelas	Mensal após carência
<b>Saldos -2016</b>	<b>-</b>
Circulante	-
Não circulante	-
<b>Saldos -2015 <sup>(1)</sup></b>	<b>50.424</b>
Circulante	10.284
Não circulante	40.140

(1) Inclui R\$256, referente a custos de captação incorridos na contratação.

Em 04 de janeiro de 2016 a Energisa Tocantins efetuou o resgate de 5.000 debêntures de sua 1ª emissão com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R\$50.000.

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2016	2015
Saldo inicial - circulante - 2015 e 2014	50.424	50.041
Novas emissões de debêntures- 1º emissão no exercício	-	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial no exercício	711	7.852
Recompra de Debentures no exercício	(50.000)	-
Pagamento de juros no exercício	(1.135)	(7.469)
<b>Saldo final - circulante - 2016 e 2015</b>	<b>-</b>	<b>50.424</b>
Circulante	-	10.284
Não circulante	-	40.140

## 18. Tributos e Contribuições Sociais

	2016	2015
Contribuição Social s/ Lucro Líquido - CSLL	-	365
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços -ICMS	36.534	23.137
Encargos sociais	2.698	2.732
Contribuição ao PIS e a COFINS	6.322	7.100
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	220
Outros	1.052	1.429
<b>Total</b>	<b>46.606</b>	<b>34.983</b>
Circulante	32.370	33.803
Não Circulante	14.236	1.180

## 19. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2016	2015
Saldos iniciais - não circulante - 2015 e 2014	15.752	29.686	6.938	52.376	67.282
Provisão contingências	11.056	7.783	138	18.977	21.725
Reversões de provisões	-	(4.578)	-	(4.578)	(21.659)
Pagamentos efetuados	(7.900)	(3.512)	-	(11.412)	(20.878)
Atualização monetária	1.086	2.459	986	4.531	5.906
<b>Saldos finais - não circulante - 2016 e 2015</b>	<b>19.994</b>	<b>31.838</b>	<b>8.062</b>	<b>59.894</b>	<b>52.376</b>
Depósitos e cauções vinculados (*)				(16.785)	(7.846)

A Companhia possui depósitos judiciais no ativo não circulante, no montante de R\$16.785 (R\$7.846 em 2015).

### Perdas prováveis:

#### Trabalhistas

Referem-se a reclamações trabalhistas de pedido de horas extras e reflexos, indenizações decorrentes de acidente de trabalho e doença ocupacional, sobreaviso e verbas contratuais/legais e ações envolvendo discussão sob responsabilidade subsidiária/solidária por acidente de trabalho e verbas rescisórias/contratuais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram adicionados R\$11.056 de novas ações trabalhistas e revisões de cálculos de ações existentes ante a realização de sentenças e acórdão, como também foram liquidados no exercício cerca de R\$7.900.

## Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo os serviços prestados pela distribuidora como suspensão do fornecimento, inscrição indevida no SPC/Serasa, reclamação de consumo devido variação/revisão de fatura; cobrança por irregularidade de consumo; ressarcimento de danos elétricos, entre outros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram registradas cerca de R\$7.783, sendo R\$5.819 referente a novas ações e R\$1.964 de revisão de provisão de ações existentes, como também reversões de provisões anteriormente constituídas de R\$4.578, referente a revisões dos cálculos de liquidação ante a realização de provas periciais, sentenças e acordãos. No exercício foram liquidados cerca de R\$3.512, referente ações cíveis.

## Fiscais

Refere-se basicamente a autos de infração de tributos federais e Estaduais (ICMS), com destaque para autos de infração lavrados pelo fisco estadual questionando o integral aproveitamento de crédito de bens do ativo imobilizado.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável.

Principais processos:

. Processo nº 5003614-42.2012.827.2729 - Cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa, no montante envolvido de R\$4.544 (R\$3.979 em 2015).

. Processo nº 2010.002.0904-8 - Cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R\$3.380 (R\$2.960 em 2015).

### Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$442.861 (R\$365.099 em 2015), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Seguem os comentários dos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

### Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas com probabilidade de perda possível, no montante de R\$18.197 (R\$6.561 em 2015) referem-se, em sua maioria, a discussões de verbas rescisórias de ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias; a variação do saldo no exercício é resultado principalmente da entrada novos processos, acrescido de atualização monetária.

O aumento de R\$11.636 registrado no valor envolvido do contencioso trabalhista está relacionado, principalmente, a propositura de novos processos com valor envolvido de R\$9.500 referente a responsabilidade subsidiária de verbas rescisórias e responsabilidade solidária de acidente de trabalho e vínculo empregatício e atualização monetária.

### Cíveis

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$87.725 (R\$76.130 em 2015), referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento; e por supostas irregularidades nos aparelhos de

medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; a variação do saldo no exercício é resultado da entrada de ações que envolvem os objetos já citado e atualização monetária realizada no exercício, associado ao arquivamento de processos como também a exclusão.

## Fiscais

As ações de natureza fiscal e tributária, no montante R\$336.939 (R\$282.408 em 2015), referem-se basicamente a discussão sobre: (i) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta de energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento, (ii) a questões como o aproveitamento e/ou compensação de impostos federais e imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, entre outros. Apesar do montante envolvido, nossos advogados e consultores entendem serem os mesmos passíveis de êxito, razão pela qual não foram provisionados e manteve o prognóstico dado a elas. A variação do saldo no exercício, está relacionada à adequação ao risco financeiro em processos administrativos onde se discute "contribuição previdenciária (INSS)", tendo havido movimentação/aumento de provisão e atualização monetária. período.

. Processo nº 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa, no montante envolvido de R\$145.446 (R\$127.351 em 2015).

. Processo nº 5008221-35.2011.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R\$68.002 (R\$59.541 em 2015).

Uso de estimativas: A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios.

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 20. Obrigações intra-setoriais e incorporação de redes

### 20.1. Taxas Regulamentares

	2016	2015
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	13.473	15.155
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	12.453	13.845
<b>Total (*)</b>	<b>25.926</b>	<b>29.000</b>
Circulante	13.954	9.845
Não circulante	11.972	19.155

(\*) Em 2016 inclui R\$6.562 (R\$7.222 em 2015) da parcela corrente do mês de dezembro da quota CDE.

Em 12 de agosto de 2014 o parcelamento dos débitos em atraso da RGR e CDE foi consolidado em 60 parcelas, sendo que nas 24 primeiras serão amortizados os juros remuneratórios incidentes sobre o principal e nas 36 parcelas finais, amortização do principal. Os débitos em atraso referente ao PROINFA e CCC foram parcelados em 12 parcelas mensais iguais e consecutivas.

Segue a movimentação no exercício:

Movimentação	2016	2015
Saldos iniciais - 2015 e 2014	21.778	55.751
Juros	2.790	3.895
Amortização	(5.204)	(37.868)
<b>Total Parcelamento</b>	<b>19.364</b>	<b>21.778</b>
Quota corrente - CDE	6.562	7.222
Saldos finais - 2016 e 2015	25.926	29.000

## 20.2. Obrigação do Programa de Eficiência Energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, nº 11.465 e nº 12.212, de 15 de março de 2004, 28 de março de 2007 e 20 de janeiro de 2010, respectivamente.

	2016	2015
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	304	499
Ministério de Minas e Energia - MME	150	248
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	13.486	12.384
Programa de Eficiência Energética - PEE	33.515	26.762
<b>Total</b>	<b>47.455</b>	<b>39.893</b>
Circulante	14.410	9.768
Não Circulante	33.045	30.125

A atualização das parcelas referentes aos PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, nº 219, de 11 de abril de 2006, nº 300, de 12 de fevereiro de 2008, nº 316, de 13 de maio de 2008, nº 504, de 14 de agosto de 2012 e nº 556, de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são transferidos contra os recursos do programa.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativos imobilizados tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

Total das obrigações Intra-setoriais (taxas regulamentares e obrigação do PEE)	2016	2015
Taxas Regulamentares	25.926	29.000
Obrigação do Programa de Eficiência Energética	47.455	39.893
<b>Total</b>	<b>73.381</b>	<b>68.893</b>
Circulante	28.364	19.613
Não Circulante	45.017	49.280

### 20.3. Incorporação de Redes

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 250/2007, n.º 368/2009, n.º 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Concessionária até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado. Os valores a serem ressarcidos incluem os recursos aportados pelos consumidores no âmbito do PERTINS - Programa de Eletrificação Rural do Tocantins.

O prazo de universalização de energia elétrica em áreas rurais no Tocantins foi prorrogado para 2018. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória nº 1994, publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 15 de dezembro de 2014.

	2016	2015
Saldos iniciais - circulante - 2015 e 2014	13.894	45.381
Adição	6.729	20.885
Atualização monetária	4.863	2.554
Baixas por pagamento	(15.602)	(54.926)
<b>Saldos finais - circulante - 2016 e 2015</b>	<b>9.884</b>	<b>13.894</b>

### 21. Outras contas a pagar

	2016	2015
Adiantamento de Consumidores	3.919	2.680
Convênios de arrecadação	173	172
Encargos tarifários	96	94
Bandeiras Tarifárias <sup>(1)</sup>	-	318
Benefícios pós-emprego	59	787
Parcelamentos de multas regulatórias <sup>(2)</sup>	3.290	6.753
Folha de Pagamento	4.463	1.391
Outros	3.914	3.718
<b>Total</b>	<b>15.914</b>	<b>15.913</b>
Circulante	12.011	8.855
Não circulante	3.903	7.058

(1) Valor a pagar proveniente da aplicação das bandeiras tarifárias pela distribuidora que será revertido ao Fundo CDE, considerados os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e de exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

(2) Por meio dos Ofícios SAF/ANEEL nºs 288, 289, 290, 291, 292 e 293/2014, a ANEEL concedeu o parcelamento das multas relativas aos autos de infrações: AI nº 103/2009-SFE, AI nº 1/2009-ATR, AI nº 9/2013-SFF, AI nº 86/2012-SFF, AI nº 96/2010-SFE e AI nº 123/2012-SFE, a ser quitado em 48 parcelas.

### 22. Patrimônio Líquido

#### 22.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$505.729 (R\$342.969 em 2015) e está representado por 386.504 mil ações ordinárias (386.504 em 2015) e 265.111 mil ações preferenciais (145.428 em 2015), todas nominativas sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

As ações preferencias serão inconversíveis em ordinárias e não terão direitos a voto nas Assembleias Gerais. Cada ação preferencial fará jus: a) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de

3%(três por cento) sobre o respectivo valor nominal; b) dividendo igual ao atribuído às ações ordinárias, quando este for superior ao mínimo garantido às ações preferenciais; e c) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da sociedade.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2016, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$10.165, mediante a capitalização do saldo da Reserva de lucros - reserva de redução de imposto de renda, sem emissão de novas ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária de Acionista, realizada em 30 de setembro de 2016, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$152.595, mediante a emissão de 119.684 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

## 22.2. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

## 22.3. Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício, o montante de R\$24.104 (R\$45.907 em 2015) foi destinado para a reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

Movimentação	2016	2015
Lucro Líquido do exercício	38.448	68.411
(-) Reserva legal	(1.922)	(3.421)
(+) Realização da reserva de reavaliação	6.151	6.384
(-) Reserva de lucros - reserva de redução de imposto de renda	(10.538)	(10.165)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	(8.035)	(15.302)
(=) Reserva de retenção de lucro	<u>24.104</u>	<u>45.907</u>

## 22.4. Reserva de lucros- reserva de imposto de renda

A Companhia, por atuar no setor de infraestrutura na região Norte, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo nº 113/2014 - Despacho Decisório n.325/2015 - DRF/PAL/TO de 18/03/2015, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei 11.638/07, e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi apurado R\$10.538 (R\$10.165 em 2015) de redução de imposto de renda e adicionais.

## 22.5. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurado com base em resultados intermediários.

Não há diferença de valor dos dividendos a serem pagos entre as ações preferenciais e ordinárias.

A ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 4.463/2013 aprovou o Plano de Recuperação da Distribuidora, tendo, dentre outros, estabelecido a limitação de distribuição de dividendos em 25%. Caso a Companhia pretenda distribuir dividendos acima do mínimo exigido pela legislação deve solicitar anuência prévia a ANEEL.

Abaixo estão demonstradas as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Movimentação	2016	2015
Dividendos e JCP:		
Saldo no início do exercício - dividendos e JCP	8.138	17.605
Dividendos propostos no exercício	8.035	15.302
Dividendos/JCP liquidados	(8.138)	(24.769)
<b>Saldos de dividendos no final do exercício - circulante</b>	<b>8.035</b>	<b>8.138</b>

Os dividendos propostos no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	38.448	68.411
Reserva legal (5%)	(1.922)	(3.421)
Realização da reserva de reavaliação líquida de tributos	6.151	6.384
Reserva de lucros - reserva de redução de imposto de renda	(10.538)	(10.165)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>32.139</b>	<b>61.209</b>
Dividendos obrigatórios (25%)	<u>8.035</u>	<u>15.302</u>
Dividendos antecipados pagos:		
. Em junho de 2015 - R\$6,05 por ação preferencial e ordinária (*)	-	3.220
. Em julho de 2015 - R\$7,41 por ação preferencial e ordinária (*)	-	3.944
	-	7.164
Dividendos obrigatórios a serem pagos - R\$12,33 (R\$15,30 em 2015) por ação preferencial e ordinária (**)	8.035	8.138
<b>Total dos dividendos</b>	<b><u>8.035</u></b>	<b><u>15.302</u></b>
% sobre o lucro líquido ajustado	25%	25%

(\*) Em reunião do Conselho de Administração realizadas em 24 de junho de 2015 e 29 de julho de 2015, foi deliberado o pagamento de dividendos intercalares do exercício de 2015 nos montantes de R\$3.220 (R\$6,05 por ação) pagos em 30/06/2015 e R\$3.944 (7,41 por ação), pago no dia 26/08/2015.

(\*\*) Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2016, foram aprovados os dividendos relativos ao exercício de 2015, e o saldo remanescente de R\$8.138 (R\$15,30 por ação) foram pagos em 08/04/2016.

## 22.6. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação no exercício de 2016 e 2015:

Movimentação	2016	2015
Saldo inicial - 2015 e 2014	(626)	(232)
Ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	(1.375)	(599)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	467	205
<b>Saldo final - 2016 e 2015</b>	<b>(1.534)</b>	<b>(626)</b>

## 22.7. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se reavaliação espontânea realizada em 2005 que abrangeu as linhas e redes de transmissão, linhas e redes de distribuição, subestações e equipamentos em geral.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da reavaliação é de R\$17.548 (R\$23.699 em 31 de dezembro de 2015), líquido dos efeitos tributários.

### 23. Receita operacional

	2016			2015		
	Não auditado pelos auditores independentes		R\$	Não auditado pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	459.594	918.193	604.021	454.499	833.966	538.868
Industrial	1.890	253.073	114.663	2.084	286.536	128.238
Comercial	35.940	410.762	286.503	39.101	397.293	275.809
Rural	59.914	204.747	92.020	62.986	199.238	90.710
Poder Público	7.107	158.614	101.972	7.160	152.481	96.254
Iluminação Pública	743	114.727	34.107	742	110.847	33.195
Serviço Público	721	59.297	28.691	686	55.769	27.703
Consumo Próprio	215	3.716	-	214	3.786	-
<b>Subtotal</b>	<b>566.124</b>	<b>2.123.129</b>	<b>1.261.977</b>	<b>567.472</b>	<b>2.039.916</b>	<b>1.190.777</b>
Suprimento	-	487.687	65.071	-	46.112	15.222
Fornecimento Não Faturado Líquido	-	(3.867)	(826)	-	8.062	11.190
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	15	-	17.316	4	-	13.972
Receita de Construção <sup>(1)</sup>	-	-	229.751	-	-	263.917
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	(2.597)	-	-	(2.833)
(-) Excedente de Reativos	-	-	(3.283)	-	-	(2.913)
Constituição e Amortiz - CVA Ativa e Passiva <sup>(2)</sup>	-	-	(7.339)	-	-	(56.435)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	74.207	-	-	62.646
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	29.453	-	-	34.769
Outras receitas operacionais	-	-	9.582	-	-	10.288
<b>Total receita operacional bruta</b>	<b>566.139</b>	<b>2.606.949</b>	<b>1.673.312</b>	<b>567.476</b>	<b>2.094.090</b>	<b>1.540.600</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>						
ICMS	-	-	265.566	-	-	245.507
PIS	-	-	23.657	-	-	20.418
COFINS	-	-	108.965	-	-	94.058
ISS	-	-	114	-	-	84
Deduções Bandeiras Tarifárias (3)	-	-	(1.889)	-	-	(12.332)
Prog de Eficiência Energética - PEE	-	-	4.668	-	-	4.229
Conta de Desenv. Energético - CDE	-	-	77.554	-	-	57.800
Programa de Eficiência e Desenvol - P&D	-	-	4.646	-	-	4.229
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	1.583	-	-	1.126
<b>Total - deduções receita operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>484.864</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>415.119</b>
<b>Total = receita operacional líquida</b>	<b>566.139</b>	<b>2.606.949</b>	<b>1.188.448</b>	<b>567.476</b>	<b>2.094.090</b>	<b>1.125.481</b>

- (1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção;
- (2) Refere-se a montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado do exercício de 2016 e 2015, de acordo com o OCPC 08;
- (3) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram de R\$19.834 (R\$91.220 em 2015) tendo recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R\$1.889 (R\$12.332 em 2015). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado da Companhia até 31 de dezembro de 2016 foi de R\$21.723 (R\$103.552 em 2015).

Meses	Despacho	2016	2015
Janeiro	Nº 265 de 01 de fevereiro de 2016 (Nº 583 de 04 de março de 2015)	(2)	126
Fevereiro	Nº 797 de 30 de março de 2016 (Nº 829 de 30 de março de 2015)	(4)	1.460
Março	Nº 1.061 de 02 de maio de 2016(Nº1.356 de 4 de maio de 2015)	0	1.223
Abril	Nº 1.431 de 31 de maio de 2016(Nº1.743 de 29 de maio de 2015)	0	(2.775)
Maio	Nº 1.734 de 29 de julho de 2016 (Nº 2.131 de 30 de junho de 2015)	(35)	(3.076)
Junho	Nº 2.045 de 29 de julho de 2016 (Nº 2.440 de 29 de julho de 2015)	288	2.788
Julho	Nº 2.298 de 29 de agosto de 2016 (Nº 3.386 de 06 de outubro de 2015)	24	4.375
Agosto	Nº 2.626 de 30 de setembro de 2016 (Nº 3.387 de 06 de outubro de 2015)	18	573
Setembro	Nº 2.882 de 01 de novembro de 2016 (Nº 3607 de 29 de outubro de 2015)	12	5.601
Outubro	Nº 3.147 de 01 de dezembro de 2016 (Nº 3887 de 01 de dezembro de 2015)	7	2.355
Novembro	Nº 3.415 de 29 de dezembro de 2016( Nº 007 de 05 de janeiro de 2016)	1.074	(81)
Dezembro	Valor de 2016 foi estimado, enquanto o de 2015 foi homologado pelo Despacho Nº 265 de 01 de fevereiro de 2016)	507	(237)
<b>Total</b>		<b>1.889</b>	<b>12.332</b>

## 24. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas operacionais	Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e Administrativas	2016	2015
Energia elétrica comprada para revenda	525.998	-	-	-	525.998	395.319
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	39.798	-	-	-	39.798	44.138
Pessoal e administradores	-	82.294	-	12.910	95.204	68.084
Entidade de previdência privada	-	1.231	-	673	1.904	1.315
Material	-	11.012	-	2.087	13.099	15.022
Serviço de terceiros	-	54.673	-	33.033	87.706	112.812
Depreciação e amortização	-	38.222	-	5.121	43.343	41.839
Provisão e reversão para créditos de liquidação duvidosa	-	12.264	-	-	12.264	8.384
Provisões para riscos trabalhista, cíveis e fiscais	-	-	-	2.987	2.987	(20.812)
Custo de construção	-	-	229.751	-	229.751	263.917
Outros	-	11.575	-	12.495	24.070	46.231
<b>Total</b>	<b>565.796</b>	<b>211.271</b>	<b>229.751</b>	<b>69.306</b>	<b>1.076.124</b>	<b>976.249</b>

## Energia elétrica comprada para revenda

	2016		2015	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Energia de leilão	1.786.817	353.681	865.944	185.444
Energia bilateral	452.951	103.716	494.027	122.375
Cotas de Angra REN 530/12	67.889	13.787	69.511	12.334
Energia de curto prazo - CCEE <sup>(2)</sup>	-	43.582	368.376	118.368
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	670.452	41.909	641.569	23.091
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	49.857	16.183	46.067	11.082
Ressarcimento pela exposição térmica <sup>(1)</sup>	-	-	-	(38.036)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	(46.860)	-	(39.339)
<b>Total</b>	<b>3.027.966</b>	<b>525.998</b>	<b>2.485.494</b>	<b>395.319</b>

(\*) Não auditado pelos auditores independentes

- (1) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015 a Aneel homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$35.437, sendo que R\$38.036 foram registrados como custo de energia comprada, (R\$2.682) como dedução do custo de encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição relativos ao CONER e R\$83 atualização financeira. Os valores referentes aos Despachos de março de 2015, foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

- (2) Inclui nesta linha demais custos na CCEE tais como, efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear e exposição de cota Itaipu.

Uso de Estimativas: os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

## 25. Outros resultados

	2016	2015
Outras receitas:		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	8.467	321
Outras receitas	1.260	2.234
	<b>9.727</b>	<b>2.555</b>
Outros despesas:		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(30.386)	(25.475)
Outras despesas	(127)	(3.348)
	<b>(30.513)</b>	<b>(28.823)</b>
<b>Total</b>	<b>(20.786)</b>	<b>(26.268)</b>

## 26. Receitas e despesas financeiras

	2016	2015
<b>Receitas financeiras:</b>		
Receita de aplicação financeira	20.544	19.016
Variação monetária e acréscimos moratórios de energia vendida	19.599	21.527
Mútuo com partes relacionadas	13.227	(469)
Juros ativos	3.996	4.205
Tributos sobre receita financeira - Pis e Cofins	1.326	(1.250)
Ajuste a valor presente	-	3.606
Juros ativos financeiros setoriais	8.170	13.504
Outras receitas financeiras	6.492	3.035
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>73.354</b>	<b>63.174</b>
<b>Despesas financeiras:</b>		
Encargos de dívidas	(43.007)	(47.305)
Variações monetárias	48.981	(45.825)
Juros/multas	(5.397)	(3.676)
Juros s/ Taxas Regulamentares	(2.790)	(3.895)
Marcação a mercado de derivativos	9.206	(12.855)
Marcação a mercado da dívida	(4.840)	(40)
Instrumentos financeiros	(85.958)	38.954
Ajuste a valor presente	(414)	(3.601)
Encargos financeiros - parcelamento da lei nº 11.941/2009	-	(4)
Atualização projetos PEE - P&D	(3.459)	(3.597)
Juros/multas pela incorporação de redes	(4.863)	(2.554)
Juros passivos atuarial	-	(242)
Juros passivos financeiros setoriais	(12.318)	(4.368)
Atualização monetária de provisão para risco	(4.531)	(5.906)
(-) Transferência para ordens em curso	5.630	2.656
Outras despesas financeiras	(18.980)	(7.115)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(122.740)</b>	<b>(99.373)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(49.386)</b>	<b>(36.199)</b>

## 27. Lucro por ação

Cálculo de lucro por ação (em milhares de reais, exceto valor por ação):

	Exercícios findos em:	
	2016	2015
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação:</b>		
<b>Numerador</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	12.461	18.703
Lucro disponível aos acionistas ordinárias	25.987	49.708
	<b>38.448</b>	<b>68.411</b>
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações preferenciais	185.322	145.427
Média ponderada de número de ações ordinárias	386.504	386.504
	<b>571.826</b>	<b>531.931</b>
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação (*)</b>		
Ação preferencial	0,06724	0,12861
Ação ordinária	0,06724	0,12861

(\*) A Companhia não possui instrumento diluidor

## 28. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2016	2015
Risco Operacional	07/11/2017	R\$58.000	306	199
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2017	R\$50.600	205	205
Frota-Danos Materiais, Corporais e Morais a Terceiros	23/10/2017	Até R\$360 p/veículos	126	147
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/12/2017	R\$29.980	176	182
Transporte Nacional (**)	30/01/2017	Até R\$2.000 p/veículos	55	55
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2017	50.000	33	42
			<b>901</b>	<b>830</b>

(\*) Importância Segurada relativa ao mês de DEZ/2016.

(\*\*) A apólice de seguro foi renovada para o vencimento de janeiro de 2018.

**Risco Operacional** - Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

**Responsabilidade Civil Geral** - Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

**Frota** - A Empresa mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Geral Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em eventuais sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais e morais.

**Vida em Grupo e Acidentes Pessoais** - Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente, invalidez funcional permanente e total por doença e cesta básica.

**Transportes** - Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos próprios.

### Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)

Apólice de seguro garante o pagamento dos prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os Segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados decorrentes de atos de sua gestão.

## 29. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2016		2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	2	61.020	61.020	81.732	81.732
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	78.060	78.060	147.018	147.018
Consumidores e concessionárias	2	193.179	193.179	157.268	157.268
Ativo financeiros setoriais	3	59.617	59.617	61.418	61.418
Conta a receber da concessão	3	704.017	704.017	635.021	635.021
Instrumentos financeiros derivativos-swap	2	17.861	17.861	59.709	59.709

PASSIVO	Nível	2016		2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	2	84.817	84.817	94.297	94.297
Empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos de dívidas e arrendamento mercantil	2	614.426	614.245	676.886	676.886
Obrigações intra setoriais	2	73.381	73.381	68.893	68.893
Instrumentos financeiros derivativos-swap	2	14.707	14.707	22.475	22.475
Passivo financeiros setoriais	3	77.125	77.125	61.924	61.924

### Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado os respectivos contas a receber da concessão e ativos e passivos financeiros setoriais como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício de R\$25.306 (R\$43.905 em 2015), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 9 e 13.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial de 2016 e 2015, estão identificadas a seguir:

### Não derivativos - classificação e mensuração

#### Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

## Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

## Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

## Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - São mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES, e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

## Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

## Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo "swap" (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de dezembro de 2016 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o "hedge" foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge

foi impactado em R\$4.840 (R\$40 em 2015) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

### Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

### Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A partir da entrada da Energisa como acionista controladora da Rede Energia, a Diretoria adotou como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

### Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2016	2015
Dívida <sup>(1)</sup>	614.426	676.886
Caixa e equivalentes de caixa	(61.020)	(81.732)
<b>Dívida líquida</b>	<b>553.406</b>	<b>595.154</b>
Patrimônio líquido <sup>(2)</sup>	792.346	610.246
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>0,70</b>	<b>0,98</b>

(1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, conforme detalhado nas notas explicativas nº 16 e 17.

(2) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da companhia, gerenciados como capital.

#### a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	13,63%	84.817	-	-	-	-	84.817
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15,41%	68.473	90.785	451.211	103.266	1.095	714.830
Parcelamento de Taxas Regulamentares	13,65%	4.319	4.082	8.164	5.443	-	22.008
<b>Total</b>		<b>157.609</b>	<b>94.867</b>	<b>459.375</b>	<b>108.709</b>	<b>1.095</b>	<b>821.655</b>

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

#### b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

#### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Instrumentos financeiros	Nota	2016	2015
Caixa e equivalente de caixa	5.1	61.020	81.732
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	78.060	147.018
Consumidores e concessionárias	6	183.810	18.3810
Ativos financeiros setoriais	9	59.617	61.418
Contas a receber da concessão	13	704.017	635.021
Instrumentos financeiros derivativos-swap	29	17.861	59.709

#### c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 16 a nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

A Companhia está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

O resultado da Companhia está suscetível a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo

em 31 de dezembro de 2016, com queda de 16,9% sobre 31 de dezembro de 2015, cotado a R\$3,2462 /USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2016 era de 16,6%, enquanto em 31 de dezembro de 2015 era de 22,07%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2016, de R\$616.463 (R\$678.566 em 2015), R\$218.746 (R\$307.604 em 2015) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 16. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólares têm custo de até variação cambial + 4,04% ao ano e possuem vencimentos de curto e longo prazo, sendo o último vencimento em abril de 2020.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 apresenta (R\$256 em 2015) no ativo circulante, R\$17.861 (R\$59.453 em 2015) no ativo não circulante e R\$14.707 (R\$22.475 em 2015) no passivo circulante a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletidos nas demonstrações financeiras. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo	
	2016	2015		2016	2015
Dívida (Objeto de Hedge)*	200.000	200.000	Moeda Estrangeira - USD e Libor	(218.746)	(256.280)
			<b>Posição Ativa</b>		
			Moeda Estrangeira - USD e Libor	218.746	256.280
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	200.000	200.000	<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(215.592)	(219.301)
			<b>Posição Total</b>	<b>3.154</b>	<b>36.979</b>
			<b>Posição Líquida Dívida + Swap</b>	<b>(215.592)</b>	<b>(219.301)</b>

(\*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O Valor Justo dos derivativos efetuados pela Companhia em 2016 e 2015 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 16 e 17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

## Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos, conforme demonstrado:

### a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2016, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(218.746)		(226.604)	(290.640)	(357.615)
Variação Dívida	-		(7.857)	(71.894)	(138.868)
<b>Swap Cambial</b>					
<b>Posição Ativa</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	218.746	Alta US\$	226.604	290.640	357.615
Variação - USD e LIBOR	-		7.857	71.894	138.868
<b>Posição Passiva</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(215.592)		(215.592)	(215.592)	(215.592)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>3.154</b>		<b>11.012</b>	<b>75.048</b>	<b>142.023</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(215.592)</b>		<b>(215.592)</b>	<b>(215.592)</b>	<b>(215.592)</b>

(\*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2016, atingem seu objetivo na plenitude, o que é refletido no valor presente negativo de R\$215.592, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, e em função da Companhia não possuir atualmente limitadores, levaria a valor presente negativo de R\$215.592 em ambos os casos.

## b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2016 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 14,00%, TJLP = 7,50% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	136.178	Alta CDI	15.742	19.678	23.613
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(215.592)	Alta CDI	(24.922)	(31.153)	(37.383)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(170.318)	Alta CDI	(19.689)	(24.611)	(29.534)
	(78.945)	Alta TJLP	(5.921)	(7.401)	(8.882)
	(61.231)	Alta IPCA	(7.078)	(8.848)	-
		Alta SELIC			(10.617)
<b>Subtotal (**)</b>					
<b>Total (Perdas)</b>	<b>(526.086)</b>		<b>(57.610)</b>	<b>(72.013)</b>	<b>(86.416)</b>
	<b>(389.908)</b>		<b>(41.868)</b>	<b>(52.335)</b>	<b>(62.803)</b>

(\*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2016 (11,56 % ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2016, TJLP 7,5%, FNE 8% e Selic 11,56% ao ano.

(\*\*) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$90.377

## 30. Benefícios a empregados

### Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 31 de dezembro de 2016, as despesas de patrocínio dos planos foi de R\$1.904 (R\$1.315 em 2015).

A Companhia patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24/10/2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar. É resultado do processo de fusão das seguintes fundações: a) FUNREDE - Fundação Rede de Seguridade; b) FUNGRAPA - Fundação Grão Pará de Previdência e c) PREVIMAT - Fundação de Previdência e Assistência Social dos Empregados da EMT.

Os planos de benefício instituídos pela Companhia junto à Energisaprev são:

#### a. Plano de Benefícios Elétricas BD-I:

Instituído em 1/8/1986, encontra-se em extinção desde 31/12/1998, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pelas Patrocinadoras.

#### b. Plano de Benefícios Elétricas-R:

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12/1/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. Assegura os seguintes benefícios: Suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido. Os benefícios são custeados exclusivamente pelas empresas patrocinadoras, e de forma solidária com as demais Patrocinadoras, Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em Recuperação Judicial e a Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A - EMT.

Antes da fusão, os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regulamenta as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento da Deliberação CVM 695/2012, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais das despesas com contribuições, dos custos e do ativo do Plano de Benefícios-R, por empresa patrocinadora.

#### c. Plano de Benefícios Elétricas-OP:

Instituído em 1/1/1999 e assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente uma vez por ano, sendo nessa fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos participantes (90%) e pelas patrocinadoras (10%). A contribuição da patrocinadora Companhia durante o exercício de 2015 foi de R\$177 (R\$146 em 2015).

### 30.1. Situação financeira dos planos de benefícios - avaliação atuarial - data base 31 de dezembro de 2016

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2016, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) (IAS 19) - Benefício a empregados, apresentam a seguinte situação:

#### a. Informações dos participantes:

	Planos de Benefícios		
	BD-I	OP	R
Número Participantes	2	-	1.255
Número Assistidos	7	4	4
Número Beneficiários Pensionistas (famílias)	23	-	5
	<b>32</b>	<b>4</b>	<b>1.264</b>

## b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

Taxas ao ano		Avaliação atuarial 2016	Avaliação atuarial 2015
01	Taxa de desconto real para cálculo do valor presente	6,10% - todos os planos	7,50% - todos os planos
02	Taxa de rendimento esperada sobre os ativos dos planos	11,94% - todos os planos	13,41% - todos os planos
03	Taxa de crescimento salarial futura real	8,67% e N/A p/ENERGISA OP	8,67% e N/A p/ENERGISA OP
04	Taxa de crescimento real dos benefícios		
	Da Previdência Social	0	0
	Do Plano	0	0
05	Taxa de inflação	5,50% a.a.	5,50%
06	Fator de capacidade		
	Dos Salários	1	1
	Dos Benefícios	1	1
07	Tábua de mortalidade Geral	AT 2000 Suav. 10%	AT 2000 Suav. 10%
08	Tábua de mortalidade de inválidos	Light média e N/A p/ENERGISA OP	Light média e N/A p/ENERGISA OP
09	Tábua de entrada em invalidez	MI85 e N/A p/ ENERGISA OP	MI85 e N/A p/ CELTINS OP
10	Tábua de rotatividade	0% a.a.	0%

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1) (IAS 19).

Eventuais diferenças atuariais são reconhecidas como "remensurações" em outros resultados abrangentes. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit deve ser reconhecido no passivo da patrocinadora.

## c. Conciliação da posição dos fundos de benefício definido

	BD-I		OP		R		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Valor presente da obrigação de benefício definido</b>								
Saldo no início do exercício	6.552	6.622	1.415	1.636	3.765	3.765	11.732	12.023
Custo do serviço corrente	6	1	-	-	256	150	262	151
Custo dos juros	846	760	183	189	499	442	1.528	1.391
Benefícios pagos	(553)	(464)	(158)	(107)	(173)	(90)	(884)	(661)
Ganhos/Perdas atuariais	911	(367)	542	(303)	308	(502)	1.761	(1.172)
<b>Saldo no final do exercício (a)</b>	<b>7.762</b>	<b>6.552</b>	<b>1.982</b>	<b>1.415</b>	<b>4.655</b>	<b>3.765</b>	<b>14.399</b>	<b>11.732</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano</b>								
Saldo no início do exercício	7.140	6.668	1.523	1.550	3.035	3.237	11.698	11.455
Retorno esperado	924	792	228	178	417	379	1.569	1.349
Contribuições efetuadas (participantes e empresa)	-	-	424	477	1.166	248	1.590	725
Benefícios pagos	(553)	(464)	(158)	(107)	(173)	(90)	(884)	(661)
Ganhos/Perdas atuariais	92	144	223	(575)	(835)	(739)	(520)	(1.170)
<b>Saldo no final do exercício (b)</b>	<b>7.603</b>	<b>7.140</b>	<b>2.240</b>	<b>1.523</b>	<b>3.610</b>	<b>3.035</b>	<b>13.453</b>	<b>11.698</b>
<b>Posição Líquida (a) (b)</b>	<b>(159)</b>	<b>588</b>	<b>258</b>	<b>108</b>	<b>(1.045)</b>	<b>(730)</b>	<b>(946)</b>	<b>(34)</b>
<b>Limite do Ativo (Resolução CGPC nº 26/2008)</b>								
	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Déficit/Superávit passível de reconhecimento</b>	<b>(159)</b>	<b>588</b>	<b>258</b>	<b>108</b>	<b>(1.045)</b>	<b>(730)</b>	<b>(946)</b>	<b>(34)</b>
Não reconhecida - Limite do Ativo	-	588	258	108	-	-	258	696
Reconhecida	(159)	-	-	-	(1.045)	(730)	(1.204)	(730)

## d. Composição dos ativos dos planos

	BD-I		OP		R	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Investimentos:						
Títulos públicos	69,02%	48,98%	53,96%	46,39%	70,21%	62,15%
Créditos privados e depósitos	12,75%	31,90%	22,45%	32,01%	10,06%	8,61%
Ações	0,97%	0,51%	0,91%	0,49%	0,84%	0,53%
Fundos de investimento	8,21%	10,13%	8,52%	6,69%	17,86%	27,62%
Investimentos Imobiliários	8,69%	8,09%	8,15%	7,67%	0,00%	0,00%
Empréstimos e financiamentos	0,31%	0,35%	5,96%	6,71%	0,98%	1,05%
Outros	0,05%	0,04%	0,06%	0,04%	0,05%	0,04%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Reconciliação	2016	2015
Posição líquida em 2014 e 2015	(730)	(614)
Efeito em ORA	(1.375)	(599)
Contribuição do empregador	1.166	725
Efeito no Resultado do Exercício	(265)	(242)
<b>Posição líquida em 2015 e 2016</b>	<b>(1.204)</b>	<b>(730)</b>
Circulante	(315)	(338)
Não Circulante	(889)	(392)

Uso de estimativa: Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

## Plano de saúde

A Companhia patrocina plano de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as despesas com o plano de saúde foram de R\$7.060 (R\$5.532 em 2015).

## 31. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - reais mil (*)						
Vigência	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
2017 a 2049	466.610	472.574	487.788	361.149	392.495	7.343.114

(\*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2016, e foram homologados pela ANEEL.

A Companhia efetuou análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado a Administração sensibilizou os resultados e não foram considerados significativos para suas operações.

### 32. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 28 de junho de 1999, foi outorgado à Companhia a distribuição de energia elétrica em 139 municípios no Estado do Tocantins, pelo prazo de 20 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, conforme Lei 12.783/2013.

Os contratos de concessão de distribuição contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

### 33. Meio Ambiente (\*)

A Energisa Tocantins trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

- 1 Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis;
- 2 Proativamente desde os primórdios do lançamento da Lei de Recursos Hídricos no país, a empresa está engajada em movimentos de formação de consórcios de bacias hidrográficas. A Energisa Participa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Tocantins CERH-TO.
- 3 Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos, todos em conformidade a legislação.
- 4 A Energisa Tocantins tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos, garantindo a reutilização deste material e evitando a contaminação do meio ambiente.
- 5 Descarte de lâmpadas: A Companhia possui procedimento para descarte controlado de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias.
- 6 Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas, e da divulgação interna (intranet e proteção de tela dos computadores).

No exercício de 2016, os montantes gastos nos projetos acima descritos totalizaram R\$125 mil (R\$450 mil em 2015).

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

### 34. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2016 e 2015, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2016	2015
<b>Atividades operacionais</b>		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativo	61.476	186.934
Contas a receber da concessão - Ativo financeiro indenizável da concessão	29.453	34.769
Fornecedores	6.817	15.109
<b>Atividades de investimentos</b>		
Partes relacionadas - Dividendos compensados	2.326	7.078
Intangível - Finame	-	5.299
Intangível - incorporação de redes	6.729	20.885
Fornecedores - Aquisição de intangível em aberto	6.817	15.109
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Empréstimos e financiamentos - Finame	-	5.299
Incorporação de redes	6.729	20.885
Dividendos compensados com parte relacionadas	2.326	7.078

### 35. Eventos subsequentes

**Bandeiras tarifárias:** A Aneel definiu a aplicação da Bandeira Amarela para o mês de março 2017, resultado de análises do cenário hidrológico do país. Com a vigência dessa bandeira, as faturas de energia observarão um adicional de R\$ 2,00 a cada 100 kWh de consumo. Esse adicional já considera a revisão promovida pela Agência, ocorrida em fevereiro último, quando na bandeira amarela o adicional sofreu um acréscimo de 33%, passando de R\$ 1,50 para R\$ 2,00 a cada 100kWh de consumo; na bandeira vermelha-patamar 2 o adicional sofreu uma redução de 22%, passando de R\$ 4,50 para R\$ 3,50 a cada 100kWh consumidos.

**Empréstimos e financiamentos:** Em 22 de fevereiro de 2017, foram liberadas parcelas do subcrédito constantes do contrato de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, junto ao banco Itaú e Bradesco, no montante de R\$10.133, com condições contratuais (vide nota explicativa 16 - Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas).

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A.  
Palmas - TO

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", se houver, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, a Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. possui créditos a receber do Governo do Estado de Tocantins nos montantes de R\$84.848 mil e R\$24.834 mil (R\$76.977 mil e R\$21.804 mil, em 2014), referentes ao programa Reluz Tocantins e ao convênio firmado para a implementação de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016, devido à ausência de análises e documentação suporte que demonstrem as condições de realização do ativo, não foi possível nos satisfazermos quanto à adequação dos referidos créditos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia reclassificou certas transações que resultaram na reapresentação das demonstrações do resultado e do valor adicionado correspondentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Outros assuntos

#### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção "Base para a opinião com ressalva", se houver, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e o balanço social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, não abrange o relatório da administração e o balanço social e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e o balanço social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estarem distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no relatório da administração e no balanço social somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, não foi possível nos satisfazermos quanto à adequação dos créditos a receber pela Companhia do Governo do Estado de Tocantins e, portanto, concluir se as outras informações apresentam distorção relevante ou não com relação a esse assunto.

## Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da

Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4